

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

AS MULHERES NA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
**Etnografia da participação feminina no Orçamento Participativo de Porto Alegre a
partir das lideranças comunitárias**

LIZIANE GONÇALVES DE MATOS

Porto Alegre

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

AS MULHERES NA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

**Etnografia da participação feminina no Orçamento Participativo de Porto Alegre a
partir das lideranças comunitárias**

LIZIANE GONÇALVES DE MATOS

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Porto Alegre

2009

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para que esta monografia fosse possível. Minha gratidão aos meus pais e minhas irmãs pela torcida e incentivo, e por me oferecerem os subsídios necessários durante os anos em que estive na Universidade.

Agradeço também aos colegas Francielli Rupenthal e Marcos Neves, pela divertida convivência e por me proporcionarem momentos de descontração e também de diálogo. Gabriela Sevilla, Luciana Pêss, Fernanda Herbele, Renelle Millete, Érica Pastori, Luiza Flores e Marcele Pedroso foram importantes em muitos momentos, principalmente pelo incentivo, pelas trocas e por acreditarem no meu potencial para realizar este trabalho.

Às conselheiras do OP por compartilharem suas histórias, pela generosidade e aprendizado.

Ao meu orientador, professor Arlei Damo, pela disponibilidade, pela compreensão e pelo estímulo constante.

Um agradecimento especial ao Moisés, meu namorado, colega e amigo que esteve presente em todos os momentos, pela parceria, pela escuta, pela disponibilidade, e pelo suporte necessário nos momentos mais críticos.

RESUMO

Esta monografia aborda a participação feminina no Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre com foco no seu Conselho (COP). O OP vem sendo analisado como um espaço público de exercício da política que propiciaria a incorporação das mulheres em seus espaços decisórios. No entanto, os dados sobre a participação por gênero no OP demonstram que, embora haja um crescimento na participação das mulheres ao longo dos anos, ainda há certa disparidade em relação à presença destas no COP. O enfoque deste trabalho está em analisar a participação de mulheres que contrariam esta assertiva e se tornam representantes de suas comunidades nos espaços prestigiosos de discussões do OP. Trata-se de compreender as estratégias empreendidas por estas mulheres para inserção na democracia participativa sob uma perspectiva que privilegia as narrativas biográficas e que busca entender o significado da trajetória e da experiência do engajamento político em termos de *agência* e subjetividade.

Palavras-chaves: Orçamento Participativo, Gênero, Mulheres, Agência.

ABSTRACT

This undergraduate thesis examines female participation in the Participative Budget system (*Orçamento Participativo – OP*) in the city of Porto Alegre, Brazil, with a particular focus on its Council (*Conselho de Orçamento Participativo - COP*). The OP is currently being studied as a public space for political exercise that also has the potential to favour the incorporation of women in decisive roles. However, in spite of increased female involvement over the years, collected data about gender participation show a disparity between the presence of women in the OP and in the COP. This study focuses on analyzing the political action of women who would contradict these findings by becoming community representatives in the prestigious contexts of OP discussions. Under a perspective that privileges biographic narrative as a means of comprehending the significance of trajectory and experience in political commitment in terms of agency and subjectivity, we propose to understand the strategies undertaken by these women in order to include themselves in democratic participation.

Keywords: Participative budget, Gender, Women, Agency.

LISTA DE SIGLAS

COP – Conselho do Orçamento Participativo

COMATHAB – Conselho Municipal de Acesso a Terra e Habitação

CPM – Conselho de Pais e Mestres

FROP – Fórum Regional do Orçamento Participativo

GPO – Gabinete de Programação Orçamentária

OP – Orçamento Participativo

PGM – Procuradoria Geral do Município

PI – Plano de Investimentos

PT – Partido dos Trabalhadores

RI – Regimento Interno

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O LUGAR DO MASCULINO E DO FEMININO:	
O Público e o Privado.....	13
1.1 – Quando as mulheres entram em cena	15
1.2 – A democracia representativa e suas ações afirmativas.....	17
1.3 – As mulheres no cenário da democracia participativa: o orçamento participativo e a ampliação da participação	19
1.4 – Agência e subjetividade.....	21
2. COP, FROPs E ASSEMBLEIAS: Questões Institucionais acerca do Campo.....	24
2.1 – O Fórum da Região Centro e o Conselho do OP.....	25
2.2 – O “Ciclo do OP”	30
2.3 – As mulheres no COP	31
3. AS MULHERES (NO) DO OP:	
Traçando Perfil, Reconstruindo Trajetórias.....	38
3.1 – Personagens e percursos	38
3.2 – A trajetória até o OP	44
3.3 – As conquistas da participação	52
4. A “MATRIARCA DO OP”	55
4.1 – Uma performance peculiar	57
4.2 – A líder proeminente	62
CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

A inserção das mulheres na política é tema de discussão na literatura das Ciências Sociais que analisam as relações de gênero e suas assimetrias. Muitos trabalhos sobre a participação das mulheres na política referem-se aos aportes teóricos trazidos pela Ciência Política e pelo Feminismo. Os estudos baseados neste enfoque destacam a existência de esferas que se destinam prioritariamente a homens [esfera pública] e outras às mulheres [esfera privada, doméstica], sendo o mundo da política, da visibilidade e do debate sobre os rumos da sociedade, tradicionalmente identificado como um campo de atuação masculino (PERROT, 1998).

Uma alternativa de inclusão das mulheres na arena política seriam os mecanismos oferecidos pelo modelo de democracia participativa, que tem no Orçamento Participativo (OP) um de seus principais representantes. Este modelo de *inovação democrática* buscaria, dentre outros objetivos, fazer frente às formas de poder do tipo patriarcal; seria uma proposta que integraria no debate político-eleitoral (no âmbito da democracia representativa, portanto) propostas de reconhecimento cultural e de inclusão social (SANTOS e AVRITZER, 2005). Nesse sentido, o OP seria um espaço público de exercício da política que ofereceria maior abertura para a participação das mulheres, uma vez que vem sendo analisado como uma forma de democratização da gestão pública, na medida em que possibilitaria a participação nos espaços decisórios de segmentos que historicamente se encontrariam excluídos dos processos políticos tradicionais. O OP, desta forma, ampliaria o leque da participação popular, propiciando a incorporação das mulheres nos processos decisórios.

Embora a participação feminina no OP seja um fenômeno observável, pois elas representam maioria entre os participantes das Assembléias¹, as análises quantitativas da participação por gênero no OP destacam que, no que tange à representação no Conselho do Orçamento Participativo (COP), a instância de maior prestígio na organização interna do processo, a participação das mulheres se torna minoritária quando analisados os cargos de titularidade na composição do Conselho. As mulheres tenderiam a ocupar, geralmente, os

¹ No ano de 2009 o percentual de mulheres participantes das Assembléias foi de 54,7%, contra 44,8% de participantes do sexo masculino. FEDOZZI (*et alli*), 2009.

cargos de conselheiras suplentes (sem direito a voto) nas temáticas e principalmente nas regiões do OP. Estes dados corroborariam as afirmações de assimetria de gênero nestes espaços, uma vez que os postos mais importantes e decisórios seriam ocupados preponderantemente por homens. Isto evidenciaria que nem mesmo os modelos de democracia participativa parecem dar conta de solucionar a questão das desigualdades de gênero na política, ao não propiciar uma participação equitativa dos setores da sociedade que historicamente se encontram aliçados do processo de tomada das decisões.

Ainda que as mulheres possam sofrer limitações e certos constrangimentos à sua entrada na arena política – ou, como destaca Michelle Perrot (1998), esta entrada não seria vista como algo normal, uma vez que a política seria tradicionalmente identificada como uma *profissão* de homens, concebida e organizada no masculino –, convém salientar as contestações e resistências, as alternativas encontradas, as estratégias empreendidas para esta inserção. Como as mulheres ultrapassam esta barreira, sobretudo simbólica, e se tornam representantes de suas comunidades nos espaços de discussões e negociações do Orçamento Participativo? Como se dá esta entrada e como os espaços prestigiosos da democracia participativa passam a ser, também, ocupado por mulheres que possuem características muito peculiares: em sua maioria são negras e oriundas de classes populares². Há, nestes casos, um triplo obstáculo para enfrentamento: de gênero, raça, e de situação social. Reunir atributos, como o de ser mulher, negra e pobre, não é condizente com a participação nas arenas decisórias que caracterizam a política. Frente a esse quadro é que o problema norteador dessa pesquisa se desenvolveu. Se existe limitação, como determinadas mulheres com perfis marcados pela exclusão em diversos níveis adentram os espaços mais destacados do OP e se tornam representantes de suas comunidades? Urge-se questionar, também, o que diferencia estas mulheres de outras que compartilham as mesmas dificuldades que perpassam o cotidiano dos grupos populares da cidade. O que torna estas mulheres lideranças exitosas em seus projetos? O descontentamento e a busca de alternativas de mudanças em um contexto marcado por múltiplas necessidades foi o que impulsionou estas mulheres à ação. As dificuldades do cotidiano vivenciadas pelas classes populares, necessidades de infra-estrutura, ausência de saneamento básico, de habitação, embora sejam demandas pontuais e adquiram caráter emergencial, estão

² O conceito de classes populares, aqui, baseia-se num enfoque antropológico que busca compreender as *alteridades no jogo da estratificação social*, as lógicas culturais distintas que coexistem na mesma sociedade [de classes], enfocando os valores culturais e as experiências dos grupos urbanos de baixa renda. Quanto a isto, ver FONSECA, Claudia. *Família, Fofoca e Honra – etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

diretamente ligadas às estratégias desencadeadas pelas mulheres para sua inserção no OP, como meio de acesso à resolução destas necessidades enfrentadas no cotidiano. Aqui não diferem dos homens, que também buscam nesses espaços melhorias para suas comunidades, mas, sendo o campo político perpassado por desigualdades de gênero, as mulheres aparecem mais na condição de representadas por homens que possuem acúmulo de capital político e que estariam, portanto, tecnicamente preparados para assumir a fala e as negociações próprias a campo.

O interesse aqui, então, é tratar especificamente da participação política feminina no OP com foco no seu Conselho. O enfoque deste trabalho está na questão da *agência*, baseando-se para isto nos relatos e narrativas biográficas, numa tentativa de apresentar estas mulheres, e sua participação/atuação no OP, a partir de suas próprias perspectivas. Para além dos dados que demonstravam a baixa representatividade das mulheres nos postos de titularidade do Conselho do Orçamento Participativo – que serão usados, aqui, apenas como ponto de partida e ilustrativos–, este estudo pretende dar voz às agentes da participação, procurando entender o significado da experiência do engajamento em termos de *agência* e subjetividade, privilegiando as narrativas biográficas a fim de destacar em suas trajetórias as estratégias empreendidas, e os caminhos percorridos para sua inserção na política e nos espaços de destaque do OP. Trata-se, enfim, de destacar como se constitui a *agência* dessas mulheres, bem como suas angústias, esperanças, e também seus desejos, expectativas, e seus projetos.

Tornar-se uma liderança comunitária, representante direta e mediadora de sua comunidade, acaba operando um deslocamento nas relações de poder no espaço privado e uma ruptura com o encerramento no espaço doméstico para uma inserção nos espaços públicos e de debates. Analisar estes deslocamentos em termos da *agência* destas mulheres, isto é, considerando-se as diferentes estratégias empreendidas, as contestações que levam à busca de alternativas e que possibilitam a inserção nos espaços públicos de discussão, permite que se destaque como elas conquistaram posições de destaque escapando ao destino que lhes reserva o domínio da esfera privada e impõe limitações à sua inserção nas arenas decisórias.

A escolha do tema e das mulheres que terão suas histórias de vida e sua *agência* analisadas neste trabalho deu-se a partir da observação participante realizada no Fórum Regional de delegados e conselheiros da Região Centro do Orçamento Participativo de Porto

Alegre (FROP Centro). Iniciei a observação participante no FROP Centro com o olhar direcionado aos líderes como um todo, como um grupo relativamente homogêneo que estava à frente das discussões por dominarem as regras do processo e também à frente dos cargos de representatividade que caracterizam o Conselho do OP. O recorte de gênero ainda não estava nos meus planos de pesquisa até conhecer dona Nelci. Esta senhora de noventa anos, conhecida como a “matriarca do OP” entre os participantes, acabou me instigando a pensar em categorias de gênero no interior de mecanismos como o OP, não somente por ser negra, oriunda de uma das vilas da região central da cidade, e por já ter passado pelo conselho do OP, mas também por ser considerada um caso paradigmático, emblemático na história do processo.

Evidentemente, outras mulheres têm uma participação destacada no OP, e isto acabou me conduzindo às reuniões do Conselho – que congrega todos os conselheiros das dezessete regiões e seis temáticas do processo – e a descoberta de que os postos de titularidade do COP eram ocupados de forma proeminente por homens. A frequência a estas reuniões, realizadas no mesmo local das reuniões do FROP Centro, permitiu que eu pudesse observar outras mulheres em atuação, suas falas, discursos e outros elementos característicos de sua performance política. Acompanhei, também, duas Assembléias da Região Centro, nos anos de 2008 e 2009, bem como duas cerimônias de posse dos conselheiros, realizadas no mesmo período.

Além da observação participante nestes espaços do OP, realizei entrevistas com cinco conselheiras, privilegiando o tempo de participação como critério de escolha, e não regiões específicas do OP³. Não por acaso três delas, incluindo dona Nelci, foram (sendo que uma ainda permanece) conselheiras da Região Centro. Destas três, duas entrevistas foram realizadas por mim e uma pelo professor orientador desta monografia. Além do tempo de participação, procurei conselheiras que preenchessem um perfil que pudesse abarcar atributos como raça e classe em sua intersecção com recorte de gênero para se pensar em *agência* feminina nos espaços da política (no caso aqui analisado, na democracia participativa). Apenas uma conselheira das cinco entrevistadas não preenche este perfil. Embora as regiões do OP não fossem utilizadas inicialmente como critérios para escolha das conselheiras, inevitavelmente elas aparecem como variáveis importantes nesta pesquisa, muitas dessas

³ O que denomino regiões específicas do OP são as subdivisões da cidade em regiões orçamentárias.

conselheiras representam regiões estigmatizadas pela violência e pelo tráfico de drogas, práticas comumente associadas ao cotidiano dos grupos populares. Afora as entrevistas que realizei, tive acesso a entrevistas realizadas por outros pesquisadores com algumas conselheiras e ex-conselheiras do OPPOA, das quais utilizei três, computando, no total, oito entrevistas.

Inicialmente, apresentarei a discussão em torno da divisão sexual dos espaços e a emergência do conceito analítico de gênero, que se torna central nas análises da participação feminina na política. Ainda nesta primeira parte, contraporei a proposta de democracia participativa com a representativa em relação à participação por gênero e a emergência feminina nos movimentos sociais, com destaque para a participação de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, e definirei o conceito analítico central neste trabalho – o de *agência*, e sua correlação com a questão da subjetividade.

A segunda parte será dedicada à contextualização do campo e apresentação das “explicações oficiais” do que seja o OP – entendendo-se por isto as explicações existentes no Regimento Interno do processo – suas instâncias de participação e agentes envolvidos, bem como dos dados referentes à participação por gênero no COP.

No terceiro capítulo apresentarei as trajetórias das demais conselheiras, onde elas destacarão o percurso realizado até o OP, as diferentes posições ocupadas, os contextos de tomadas de posição, etc., bem como os desejos, intenções, expectativas, frustrações, sentimentos estes que estão atrelados às estratégias de luta desempenhadas para sua inserção em diferentes espaços públicos para conquistas objetivas (as “demandas”) obtidas através do OP.

O último capítulo será dedicado à dona Nelci. Onde descreverei e analisarei suas performances em duas assembléias da Região Centro, bem como destacarei a importância que ela adquiriu como figura emblemática no OP e como um caso paradigmático de *agência*.

1 O LUGAR DO MASCULINO E DO FEMININO: O PÚBLICO E O PRIVADO

Muito já se escreveu sobre a relação entre mulheres e política, com destaque para teorias feministas e os estudos de gênero. Estas análises baseiam em dois enfoques: o primeiro, pautado na divisão sexual do trabalho, destaca a existência de esferas distintas destinadas aos homens e às mulheres. Aos homens caberia os espaços de visibilidade, e às mulheres a esfera da vida privada, do íntimo, do familiar. Tomando emprestada a base explicativa de Roberto DaMatta (1984) em outros contextos, aos homens competiria o espaço da rua; às mulheres o espaço da casa. O segundo enfoque, busca problematizar a existência dessas esferas como entidades fixas e isoladas, e analisar o quanto estas instâncias estão imbricadas na vida social, o masculino no feminino, o público no privado, etc. (COUTO, 1996).

Ortner (1979) argumentou que havia uma associação mais ou menos universal nas sociedades humanas entre as dicotomias masculino/feminino, cultura/natureza, e público/privado. Em estudo comparativo sobre eleições em duas comunidades rurais, Beatriz Heredia (1996) destacou, também, que o mundo exterior é marcadamente masculino, incluindo-se a política. Esta se relaciona ao público, ao externo, sendo, portanto, uma atividade masculina. Segundo Heredia, são os homens que falam da política, o que não significa que as mulheres não o façam. Elas “comentam, falam informalmente, mas a elas não é socialmente reconhecida a legitimidade para opinar e decidir acerca do voto da família, o que é responsabilidade masculina.” (p.61)

O espaço destinado às mulheres, construído social e simbolicamente, e no qual lhe é assegurada uma conotação positiva, diz respeito ao privado. Neste sentido, os espaços da visibilidade, da publicidade, concernentes ao mundo da política⁴, estão relacionados aos homens. Transpor esta barreira gera constrangimentos. Segundo Michelle Perrot (1998), historicamente,

a entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, que se trate de partidos, do legislativo, do executivo. A política é uma profissão concebida e organizada no masculino. Em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do

⁴ Por certo, a esfera pública não corresponde somente ao espaço da política (que é o caso aqui analisado), mas também a esfera do trabalho e de toda atividade exercida fora do espaço doméstico.

público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher, porque tem a sensação de ser desvalorizado ou menos bem representado. (PERROT, 1998, p. 129-130).

A metáfora das esferas distintas tem sido usada tanto para definir espaços limitadores, quanto para reivindicar e constituir direitos. As análises da distinção entre público e privado destacam que esta domesticidade atribuída às mulheres encerradas na esfera privada vinha acompanhada de virtudes como bondade, cuidado e submissão. Assim, além de um lugar definido para as mulheres, atribuíam-se a elas virtudes emanadas deste espaço. (PEDRO, 2000).

No entanto, muitos estudos problematizaram e desnaturalizaram a visão dicotômica dos papéis de gênero na sociedade. A guinada conceitual se deu a partir da constatação de que a dicotomia público/privado estava sendo reificada. As fronteiras entre uma esfera e outra seriam muito dinâmicas e, por vezes, sutil. A distinção liberal entre público e doméstico passa a ser vista como ideológica, no sentido de que “apresenta a sociedade a partir de uma perspectiva masculina tradicional baseada em pressupostos sobre diferentes naturezas e diferentes papéis naturais de homens e mulheres, e de que, como concebida atualmente, não pode servir como um conceito central a uma teoria política que irá, pela primeira vez, incluir todas as mulheres”. (Okin, 2004, grifos meus). Seguindo estas concepções, Brito (1992) alerta para a necessidade de se “repensar a definição do político como um domínio excessivamente masculino, indagando sobre as formas pelas quais a população feminina tem conseguido se expressar politicamente em determinados contextos históricos” (p.134). Para esta autora, “a ideia de um cotidiano feminino vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo nas investigações empíricas, que, ao contrário, evidenciam relações que precisam ser analisadas a partir de novos referenciais”. (BRITO, 2001)

A década de setenta, e o início da década de oitenta, foram primordiais para estas transformações. Nesse período se intensificou o uso da categoria *gênero*, permitindo novos arranjos explicativos. A definição de Joan Scott (1990) é elucidativa para as análises do campo político e a participação das mulheres em seu interior. Para Scott, “os conceitos de gênero estruturam a percepção (...) simbólica de toda a vida social. Na medida em que estas referências estabelecem um controle ou um acesso diferenciado às fontes materiais e simbólicas” da construção do poder (Scott, 1990, p.16). Como destaca Bonetti (2002), o conceito de gênero para Joan Scott “implica na atribuição de valores culturais a diferenças

percebidas entre os sexos, as quais significam disputas de poder sobre a definição do que pode ser culturalmente considerado legítimo e autorizado” (p. 185).

Ao analisar o campo político⁵, Alvarez (1998) propõe uma diferenciação entre o campo **da** política e o campo **do** político. Segundo esta autora, o campo da política refere-se à esfera da política clássica: às instituições políticas, aos partidos políticos, aos cargos de representação política e aos espaços de atuação. O campo do político tem um sentido mais amplo, diz respeito ao “cultural, ao simbólico e às relações de poder/gênero que aí se constituem e se reconfiguram continuamente”. Enfatizar o campo do político é uma tentativa de trazer à tona o “conjunto de significados simbólicos, visões de mundo, divisões que se explicitam em linguagens, crenças e rituais”, os quais atribuem sentido ao campo da política. O campo da política e o campo do político se encontram intimamente ligados. Baseada nesta premissa, Bonetti (2002) considera que “afirmar que o campo político é um espaço semântico eminentemente masculino implica considerar os valores que o compõem (o campo do político) e seus atributos de gênero. Significa, ainda, afirmar que tais atributos, que o dotam de sentido, são culturalmente associados ao masculino” (p. 184).

1.1 Quando as mulheres entram em cena

A presença de mulheres no espaço público, característico do mundo da política, é cada vez mais notória. Esta presença se intensificou a partir da década de oitenta, marcada pela eclosão dos chamados novos movimentos sociais, fora dos setores tradicionais ligados aos partidos políticos. Muitos dos novos personagens que entraram em cena⁶ foram mulheres, notadamente oriundas dos setores de baixa renda da sociedade. Sader (1995) destaca que as explicações surgidas para o engajamento político das mulheres das camadas urbanas de baixa renda reproduziram as explicações do determinismo estrutural, seja a coerção estatal, em reivindicação pelas consequências perversas do capitalismo e pelas privações materiais, que seriam o mote dos movimentos sociais no Brasil. Para Sader, estas explicações não conseguem abarcar o que singulariza a experiência política dos diferentes atores envolvidos

⁵ Neste trabalho utilizo o conceito de campo político tal como proposto por Bourdieu (1989). Na definição deste autor, o campo político é “um campo de forças e de lutas; (...) é o lugar onde se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher (...)” (p.164).

⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena – experiência e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1979-1980*.

nas mobilizações e que constituíram os movimentos sociais no Brasil a partir da década de setenta. O autor destaca que é preciso que se enfatize a dimensão simbólica das mobilizações, ao que ele chama de “elaboração cultural das necessidades”: as mediações simbólicas da vivência objetiva feitas pelos sujeitos sociais.

A principal contribuição dos estudos sobre a participação dos grupos populares nos movimentos sociais foi o enfoque dado aos múltiplos sujeitos envolvidos nestas mobilizações e nos significados que estes atribuem às suas ações políticas. É, sobretudo, no âmbito de alguns trabalhos baseados neste enfoque que surgiram abordagens sobre a identidade de gênero dos sujeitos envolvidos nos movimentos populares urbanos. Assim, destaca-se que as mulheres estão presentes não somente em termos numéricos, mas também em termos de liderança em seu interior. Da mesma forma, despontam estudos acerca da vivência política, do significado atribuído à participação, e do papel que estas mulheres desempenham em diferentes movimentos (COUTO, 1996).

Ainda sobre a participação política das mulheres de classes populares, o conceito de “maternidade militante” foi cunhado por Alvarez (1988) como base explicativa das mobilizações das mulheres das camadas urbanas de baixa renda no período da ditadura militar brasileira e sua participação no processo de redemocratização do país. A autora destaca que as mulheres reproduziriam seus papéis de mães e esposas no campo político, seja em função das temáticas reivindicadas que muitas vezes estavam associadas ao universo considerado feminino (como demandas por creches, etc.), seja em função do enfrentamento ao regime político em busca dos seus filhos e maridos desaparecidos. A atuação das mulheres na política seria uma extensão de sua atuação na esfera privada. Para a autora,

As mulheres pobres e das classes trabalhadoras fizeram a mobilização como *mulheres* para defender seus “direitos” como esposas e mães, direitos que a ideologia autoritária dominante lhes assegurava em teoria, porém as instituições econômicas e políticas dominantes lhes negavam na prática (ALVAREZ, 1988 p. 324)

No entanto, as análises sobre a participação feminina na política, sobretudo de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, não podem ser circunscritas à simples reprodução de seus papéis de gênero no plano político. Algumas análises destacam que, antes de se procurar entender a atuação das mulheres na política como uma prática “maternalizada” – onde a atuação política das mulheres seria pautada pelos papéis de mães e esposas, e motivada pelo seu tradicional papel maternal do cuidado, da bondade, da paciência, atributos

estes considerados de natureza feminina, – deve-se atentar para estratégias desempenhadas por estas mulheres para adentrarem no campo político ou, no sentido proposto por este trabalho, a *agência* das mulheres que ocupam os espaços públicos de discussão.

Na pesquisa que empreendo aqui, o cuidado da casa, dos filhos e do marido, parece ser um entrave para a participação política das mulheres. Apesar disso, elas participam, efetivamente, do processo. Devem-se considerar, assim, outros sentidos de fazer política, sentidos estes que não estão atrelados aos papéis de mães, esposas, etc. tradicionalmente identificados como femininos.

1.2. A Democracia representativa e suas ações afirmativas

Inúmeros governos nacionais e locais têm adotado medidas pontuais na intenção de fazer com que mais mulheres tomem assento na direção dos assuntos de interesse público, como ações de caráter mitigatório para o problema da desigualdade entre homens e mulheres na política. Nesse sentido, uma das estratégias mais significativas que vem sendo adotada é a reserva de vagas em candidaturas proporcionais, o que se denomina de política de cotas. Araújo (2001) destaca que

as cotas vêm-se transformando numa das estratégias privilegiadas na luta das mulheres por inserção nas esferas de poder, gerando impactos simbólicos importantes ao contribuir para alterar determinadas percepções sobre o lugar da mulher na política, e também impactos objetivos, quantitativos, ao propiciar aumentos efetivos nos percentuais de mulheres presentes nas esferas de representação parlamentar em muitos países nos quais vêm sendo adotadas as cotas. (ARAÚJO, 2001, p. 232)

A política de reserva de vagas é entendida como mecanismo capaz de alterar as relações de poder entre homens e mulheres então estabelecidas no mundo da política. Porém, Araújo argumenta que, comparativamente aos demais países da América Latina, o Brasil ainda apresenta baixos índices de participação feminina no parlamento, mesmo após ter adotado a política de cotas em seu sistema eleitoral. No Brasil, apesar de o voto feminino ter sido instituído já em 1932, a participação política das mulheres tem sido muito restrita. No ano de 1998, em plena vigência da política de cotas, somente 7% das representações na Câmara Federal foi ocupado por mulheres. Os partidos políticos, por sua vez, tiveram sérias dificuldades para preencher as cotas: de um total de 100.000 vagas para candidatas mulheres, os partidos apenas conseguiram preencher 60.000 (ARAÚJO, p.71-90).

Para a autora, a análise desse processo requer um olhar mais abrangente, que considere, mas, ao mesmo tempo, ultrapasse a abordagem centrada na denominada “resistência” e/ou “discriminação” masculinas. Este enfoque, “embora considere um aspecto presente na realidade, não é capaz de dar conta da diversidade de fatores envolvidos no processo. Além de desconsiderar, ou considerar de forma residual, toda a lógica político-pragmática envolvida nas empreitadas em torno do poder” (p. 232). As mulheres não querem apenas competir, querem “estar lá” efetivamente. Em outras palavras, é pouco provável que as mulheres estejam dispostas a apenas competir, sem que se verifiquem resultados mais concretos em termos de vitórias eleitorais. O problema estaria centrado, também, nas regras do sistema eleitoral brasileiro, que deveria sair de uma lista aberta para uma lista semi-fechada. Neste caso, além da obrigatoriedade do preenchimento, a lista deveria ser organizada de tal modo que a ordem de alocação dos nomes considerasse a existência da cota.

Muitos seriam os entraves que as democracias representativas apresentam no sentido de minimizar as desigualdades de gênero no campo político. Segundo Carneiro (2003),

A democracia política representativa – que tem no voto seu instrumento básico de funcionamento – vigora no Brasil como se fosse a única prática legítima de exercício de poder, apesar da forte crise de legitimidade de suas instituições. [...] A democracia representativa ainda está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade brasileira, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os partidos. Essa situação tem sido ainda agravada pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos (CARNEIRO, 2003, p.127-128).

A democracia baseada na representatividade beneficiou as mulheres em aspectos concernentes a políticas públicas, aliados às convenções internacionais que garantem os direitos das mulheres. No Brasil, os movimentos feministas através das mobilizações por direitos e proteção do Estado quanto à violência doméstica, garantiram a institucionalização de organismos específicos voltados para a defesa dos direitos da mulher, como a lei Maria da Penha e a Secretaria Especial de Políticas Públicas para mulheres, ilustrativos das ações efetivadas pelo Estado nacional numa tentativa de atender os pleitos reivindicatórios do movimento feminista no Brasil. Como destaca Orsato (2008),

se a principal conquista da democracia ao longo dos séculos XIX e XX foi a ampliação da cidadania, ainda há o que se avançar em termos de concepção da própria cidadania e da ocupação dos espaços públicos por estes segmentos historicamente marginalizados. Particularmente em relação às mulheres, o direito

formal à participação na vida pública não garantiu às mesmas igual acesso às tomadas de decisão e aos postos de poder. (p.65)

Neste aspecto, a democracia participativa e seus mecanismos *inovadores* surgem como propostas que buscam superar os entraves da democracia representativa quanto à participação feminina nas arenas decisórias, ao ampliar o leque da participação popular, tendo como base o *universalismo participativo*⁷. A extensa literatura produzida sobre OP destaca que democracia participativa se afigura como uma oportunidade ímpar de ampliação da noção de cidadania, ao incluir diferentes grupos, sobretudo oriundos dos segmentos populares, na gestão dos bens públicos, antes ao encargo apenas do governo.

1.3 As mulheres no cenário da democracia participativa: o Orçamento Participativo e a ampliação da participação feminina

Uma alternativa de inclusão feminina nos espaços decisórios que caracterizam a política seriam os mecanismos oferecidos pelos modelos de democracia participativa, com destaque para o Orçamento Participativo (OP). O OP é reconhecido como um dos mais bem sucedidos mecanismos de participação popular engendrados no Brasil, tendo projetado, inclusive internacionalmente, o município de Porto Alegre – afora as demais cidades que o adotaram em suas administrações municipais – como cidade marco da democracia participativa.

Um dos fatores destacados pela vasta literatura produzida sobre o OP seria a inclusão política dos segmentos populares no sistema decisório de gestão do espaço urbano e das políticas públicas do município, que tenderiam a se manter nas margens das arenas decisória, incluindo-se neste escopo as mulheres (Navarro 2003; Fedozzi 1997). Este processo da democracia participativa teria como um de seus pilares a proposta de inclusão das cidadãs e cidadãos na gestão pública, no sentido de abrir espaços para a participação na deliberação sobre a coisa pública. O compartilhamento do poder decisório sobre a peça orçamentária seria, desta forma, um movimento considerado inclusivo e legítimo, representaria um avanço democrático.

Gret (2004) considera o OP como um dos principais “canais que permite a abertura de uma janela de oportunidades para expressão das questões feministas”. Em suas análises sobre

⁷ O termo foi cunhado por Avritzer (2003).

a chamada *experiência de Porto Alegre*, a autora destaca que a representação dos interesses das mulheres aumentaram largamente por conta do processo. Entretanto, algumas pesquisas referentes à participação das mulheres no OP em outros municípios que adotaram esta proposta em suas administrações⁸, buscaram responder se efetivamente as desigualdades vividas pelas mulheres são enfrentadas pelas políticas decorrentes deste processo, e se o OP potencializa a participação feminina, especialmente daquelas que atuam nos limites de suas comunidades. Buscaram investigar se através do OP as mulheres ampliam sua atuação política em outros espaços, ou passam a ter no OP seu único espaço de participação.

O Regimento Interno do OP de Porto Alegre institui, na composição do Conselho (COP), cotas para a participação de ambos os sexos: um mínimo de 40% e um máximo de 60%. No entanto, o tratamento dado às desigualdades de gênero, étnicas e de classe, nos debates e nas deliberações do Orçamento Participativo constituem-se, também, em um dos dilemas principais e um dos limites de algumas experiências.

Um dos pontos ressaltados como fundamentais na experiência do OP é o “universalismo participativo”, isto é, o fato de que qualquer cidadão ou cidadã, “independentemente de seu sexo, raça, classe ou idade...” (Avritzer, 2003) possa participar efetivamente. No entanto, como destaca Ávila (2006)

Embora se deva reconhecer a importância desse critério como valor democrático, o universalismo da participação não pode, entretanto, tornar invisível as diferenças e desigualdades entre os sujeitos que, por sua vez, devem ser parte do debate e das decisões neste espaço. Pois os sujeitos não vivem, concretamente, independentemente de seu sexo, raça/etnia, classe social ou idade. (ÁVILA *et alii*, 2006)

Neste sentido, surge a interrogação sobre até que ponto os espaços de discussão e deliberação do OP não reproduzem as desigualdades de gênero, sendo este atravessado também pelas variáveis de classe e de raça/etnia? Mulheres, negras, oriundas das camadas urbanas de baixa renda constituem os espaços do OP? Sobretudo em sua instância de maior prestígio e visibilidade – o Conselho (COP)?

Ao considerar o campo político como espaço de disputa e embates, numa distribuição desigual de prestígio, e a participação das mulheres no OP em termos das apropriações singulares da política, que se destacam no seu modo de fazer político, ou seja, em suas reivindicações, discussões e enfrentamentos, enfim, em suas ações, é que se torna possível

⁸ Refiro-me à pesquisa *Mulheres no Orçamento Participativo* (Ávila, *et alii*, 2006), sobre a participação feminina no OP de Recife, promovida pela Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, Department for international development e ONG SOS corpo: Instituto Feminista para a Democracia.

uma análise que não esgote a participação feminina apenas em seu caráter desigual face à participação masculina. Ao adentrar no campo político através do OP, campo este permeado por disputas, busca por reconhecimento, legitimidade, e onde há negociações (e embates) em torno de interesses específicos, estas mulheres produzem contextualmente novos sentidos para a participação.

Ainda que haja um esforço por parte de muitas teóricas (e teóricos) no sentido de diluir e problematizar as reificações (naturalizações) em torno de dicotomias tais como público/privado, não se pode deixar de evidenciar que em alguns contextos elas se fazem presentes, pois o gênero também faz parte dos mecanismos culturais de entendimento e ordenação do mundo. Mas, como destaca Couto (1996), nenhum gênero possui a exclusividade da experiência, dos símbolos e dos valores que frequentemente são associados às instâncias público e privado. Pode ocorrer, muitas vezes, uma quebra ou desmantelamento das expectativas das atribuições de gênero diferenciadas segundo as esferas pública e privada (p. 13). Neste sentido, há possibilidade de manobra.

Por certo não há um espaço fixo para o masculino e para o feminino, como categorias estanques e isoladas. Ao historicizar (e desnaturalizar) as categorias e as classificações em torno do masculino e do feminino, do público e do privado, busca-se uma análise que contemple as estratégias de enfrentamento às percepções estabelecidas dos papéis e espaços sexuais.

1.4 agência e subjetividade

Numa tentativa de superar a oposição entre estrutura e *agência* ou sujeito e objeto, a Teoria da Prática surgiu com os trabalhos de Giddens (1979), Bourdieu (1978), ambos no âmbito da Sociologia, e Marshall Sahlins (1981), na Antropologia. A crítica desta perspectiva analítica recaiu nas teorias que consideravam o comportamento humano como resultado de forças que os atores não controlam nem compreendem. Estes autores desenvolveram suas teorias defendendo, de diferentes maneiras, uma relação dialética e não de oposição entre, por um lado, as coerções estruturais da sociedade e da cultura e, por outro, as práticas dos atores.

Sherry Ortner (2007a) procurou elementos da teoria de Bourdieu, Giddens e Sahlins e desenvolveu uma atualização da teoria da prática, inserindo nesta a temática do poder com Foucault, pois, segundo a autora, embora a teoria da prática não ignorasse o poder, o tema não era central em seu marco teórico.

Conforme Ortner, a palavra *agência*⁹ pode remeter a um ator autônomo, individualista ocidental, numa oposição dicotômica em relação à estrutura social, no entanto esta autora busca um enfoque que se distancia da rígida oposição entre estrutura e *agência*, porém sem negar que a ação é restrita ao campo de multiplicidade de relações sociais em que os agentes estão ligados (ORTNER, 2007a).

A questão da *agência* para a autora está ligada a três conceitos centrais: intencionalidade, universalidade e poder. Os agentes interviriam no mundo com algo em mente. Em relação ao seu caráter universal, esta seria, porém, cultural e historicamente construída. As pessoas procuram realizar projetos valorizados dentro do contexto de suas próprias categorias de valor. Todos os sujeitos teriam capacidade de agência, no entanto, estas assumiriam formas variadas em diferentes tempos e lugares. Por fim, a agência estaria fortemente marcada, atravessada pelo poder. Os atores agem em contextos de relações de desigualdade, de assimetrias e de forças sociais. A *agência*, assim, tem a ver com poder e com o fato de se perseguir projetos, definidos culturalmente. (ORTNER, 2007b).

A autora destaca que as modalidades de *agência* podem ser definidas entre *agência de poder* (englobando tanto a dominação, quanto a resistência), e *agência de projetos*, que reúne as intenções, desejos e propósitos, culturalmente estabelecidos:

A finalidade da distinção entre agência no sentido de poder e agência no sentido de (perseguir) projetos é que a primeira é organizada em torno do eixo dominação/resistência, e, assim, definida, em grande medida, pelos termos da parte dominante, ao passo que a segunda é definida pela lógica local e do desejável e de como persegui-los. (ibidem).

No entanto, como destaca a autora, a distinção entre *agência de poder* e *agência de projetos* foi feita para fins heurísticos, pois tanto a “dominação”, quanto a “resistência” estariam relacionadas ao fato de se conquistar objetivos, de perseguir projetos (culturalmente constituídos). No caso da dominação, a realização de projetos, acarreta, para alguns, a subordinação de outros sujeitos. No entanto, os “dominados” não são completamente destituídos de agência, e a resistência é sempre uma possibilidade, pois estes possuem “*certas capacidades, às vezes muito significativa, de exercer algum tipo de influência sobre a*

⁹ Giddens já utilizou, outrora, o conceito de “agência” como uma das bases de sua Teoria da Estruturação. “Agência”, na perspectiva deste autor, não se refere a intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar estas coisas em primeiro lugar; diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de maneira diferente.

maneira como os acontecimentos se desenrolam”. Neste sentido, a resistência também se constitui numa forma de “agência de poder”.

Com relação à questão da subjetividade, mais uma vez as observações de Ortner servem como suporte, quando esta enfatiza que a subjetividade seria a base da *agency*. A *agência* não seria uma vontade natural ou originária, mas sim moldada enquanto desejos e intenções específicas dentro de uma matriz de subjetividade – de sentimentos, pensamentos e significados, culturalmente constituídos (ORTNER, 2007). Na perspectiva desta autora,

Subjetividades são complexas porque são culturalmente e emocionalmente complexas, mas também por causa do trabalho de reflexividade em andamento, monitorando a relação do eu com o mundo (...) a própria idéia de *agency* pressupõe uma subjetividade complexa por detrás, na qual um sujeito parcialmente internaliza, parcialmente reflete sobre – e finalmente, nesse caso, reage contra – um conjunto de circunstâncias no qual se encontra. (ibidem)

Neste ponto, ela se aproxima de Giddens, quando este destaca que os sujeitos são “sujeitos cognoscentes”, e que possuem algum grau de flexibilidade sobre eles mesmos, sobre seus desejos, etc., e afasta-se de Bourdieu, na medida em que este destaca uma inacessibilidade, para os atores, da lógica subjacente de suas práticas – o *habitus* é, em grande medida, inacessível à consciência, sendo uma estrutura profundamente internalizada.

Ao invés de se destacar somente o fato de que o OP é mais um mecanismo que reproduz desigualdades de gênero deve-se atentar para o fato de que os agentes que estão em relação nestes espaços possuem posições simbólicas distintas, mas que não são estanques, e é exatamente nesta brecha que a questão da *agência* feminina no OP entra em cena, como forma de ação e também de transformação.

Neste sentido, mesmo que o OP ainda possa ser analisado em termos de desigualdade de gênero (no sentido de que ainda não há um acesso igualitário aos postos de maior prestígio), não se pode deixar de evidenciar, como destaca Orsato (2008), que algumas mulheres conseguiram criar espaço para as suas demandas, ter voz, mobilizar e, em especial, mudar o local onde moram e reinventar algumas relações dentro daquele próprio espaço.

Desta forma, estas mulheres acabam redimensionando os espaços de poder centrados nas esferas diferenciadas do público e do privado ao escolher também o público como esfera de ação. Resta analisar, através de suas trajetórias, como surgiram as resistências, num campo marcado por uma distribuição desigual de forças.

2 COP, FROP's E ASSEMBLEIAS: QUESTÕES INSTITUCIONAIS ACERCA DO CAMPO

Para se analisar a *agência* feminina nos espaços prestigiosos do OP, é necessário, primeiramente, entender em que consiste exatamente o COP e a dinâmica de funcionamento e organização do processo. O OP está assentado numa estrutura e num processo de participação comunitária que se desenvolve a partir de três princípios básicos: a) todos os cidadãos têm direito de participar, sendo que as organizações comunitárias não detêm, a este respeito, pelo menos formalmente, status ou prerrogativas especiais; b) um método objetivo de definição dos recursos para investimento, que perfazem um ciclo anual de atividades públicas de orçamento do município; e c) um processo decisório descentralizado tendo por base a divisão da cidade em, atualmente, dezessete regiões orçamentárias e seis temáticas (SANTOS, 1998).

As principais instâncias do OP, que realizam a mediação e interação permanentes entre os participantes e o governo são constituídas por instituições de participação comunitária com funcionamento regular, como o Conselho do Orçamento Participativo (COP), as Assembléias Plenárias Regionais e Temáticas¹⁰, o Fórum Regional do Orçamento Participativo (FROP), ou simplesmente Fórum de Delegados, e o Fórum Temático do Orçamento. Estas instâncias podem ser agrupadas numa espécie de *pirâmide participativa*¹¹, onde o COP ocupa posição destacada. O Conselho é o órgão máximo de deliberação, que planeja, propõe, fiscaliza e delibera sobre o conjunto de receitas e despesas do orçamento municipal. Também revisa, anualmente, o Regimento Interno do OP e seus critérios gerais e técnicos. Compete aos conselheiros definir os critérios gerais que presidem o escalonamento das exigências e à distribuição dos fundos e votar a proposta do plano de investimentos (PI) apresentada pelo Executivo. (FEDOZZI, 1997). Vale ressaltar, também, que os conselheiros coordenam as reuniões do Fórum de Delegados de suas regiões ou temáticas. O mandato, ou

¹⁰ As temáticas são, como o nome sugere, temas estabelecidos para a discussão no Orçamento Municipal. Atualmente, são elas: Educação, Esporte e Lazer; Saúde e Assistência Social; Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana; Cultura; Desenvolvimento Econômico Tributação e Turismo. Cada uma possui, assim como as 17 regiões da cidade, dois conselheiros titulares e dois suplentes.

¹¹ O termo é de Marion Gret, 2004.

gestão dos conselheiros (as) titulares ou suplentes tem duração de um ano, havendo a possibilidade de reeleição¹².

As Assembleias Regionais e Temáticas e o Fórum Regional do Orçamento Participativo (FROP) e o Fórum Temático são as instâncias de base e objetivam ampliar o envolvimento da comunidade em relação ao processo do OP, especialmente para o acompanhamento da elaboração do Plano de Investimentos (PI) e para o processo de fiscalização da execução das obras da prefeitura. Segundo a definição de Fedozzi (*ibidem*), as assembleias e reuniões teriam uma tripla finalidade: definir e escalonar as exigências e as prioridades regionais e temáticas; eleger os conselheiros para os FROPs e o COP, e definir a quantidade de delegados. Os delegados atuam como intermediários entre o COP e os cidadãos, individualmente ou como participantes das organizações comunitárias e temáticas. Também supervisionam a implementação do orçamento.

As assembleias (também chamadas plenárias) regionais e temáticas são realizadas uma vez por ano com a presença dos agentes do governo municipal. Nessas são escolhidas as prioridades das regiões ou das temáticas, eleitos os conselheiros e definidas as cotas delegados que cada temática ou região terá direito. Nestes eventos os líderes comunitários candidatos ao conselho do OP colocam em jogo suas capacidades de mobilização e seu *status* perante o governo, a comunidade que lhe dá suporte, e aos demais conselheiros e suas respectivas comunidades, como será analisado a seguir. O público das assembleias é mais numeroso que o público dos FROPs e do COP, e o perfil dos participantes é caracterizado pela participação mais esporádica, pois para participar das assembleias não há necessidade de um envolvimento mais intenso com o OP, seja como delegado ou conselheiro.

2.10 Fórum Regional da Região Centro e o Conselho do OP

O Conselho do OP (COP) e o Fórum de Delegados e Conselheiros do OP da região Centro (o FROP da região), que me serviu como espaço de observação de forma mais aprofundada, se enquadraria, aparentemente, no formato institucional pretendido, não fosse sua dinâmica particular de funcionamento. As reuniões do FROP Centro, realizadas sempre às quartas-feiras à noite em uma das salas do Mercado Público, são conduzidas e organizadas

¹² É importante destacar que a reeleição dos conselheiros não obedece a critérios de limite de ocupação do cargo. Os conselheiros podem ser reeleitos indefinidamente, o que gerou debates relativos à renovação do COP. Quanto a isto, consultar dados ONG Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos.

pelos conselheiros presentes, juntamente na presença do representante do governo, ou de secretários e/ou assessores, quando assim solicitado pela região, constituindo a “pauta” do dia. Neste caso a reunião é dividida em três partes: inicialmente abrem-se inscrições para a seção de informes, com tempo cronometrado de três minutos para a exposição do inscrito; em seguida o secretário (ou seu representante) faz uma breve exposição, quando assim o quiser ou achar necessário, após são abertas inscrições para os questionamentos à secretaria presente.

No entanto, nestas reuniões, ao contrário do que é previsto pelo protocolo, sempre há espaço para improvisação. A seção de informes, que pode ser entendida como destinada à divulgação de algum evento de interesse da região, pode servir, principalmente, para reclamações ao governo, denúncias, demandas, etc. e dependendo do “informante” e de seu desempenho, ele pode ser ouvido ou boicotado pela “plenária”, quando seu informe for considerado “absurdo”, ou deslocado demais, como foi o caso de um delegado que se inscreveu para dizer que gostaria de dar a “*péssima notícia de que iria continuar a privatização do gasômetro pela RBS*”. Sua fala fora interrompida por apelos em tom de sarcasmo como “*sai daí*”, “*pára de falar besteira*”, “*larga esse microfone*” seguidos de gargalhadas, enquanto outros participantes pareciam não estar interessados em sua fala e conversavam sobre outros assuntos.

No entanto, algumas falhas são permitidas, pois estas fazem parte do processo de aprendizagem envolvido na “formação” de um líder no OP. Como destaca Damo (2003), o Fórum de delegados (ou Fórum Regional do OP) é uma espécie de curso prático em cidadania, onde é possível encontrar desde mestres até aprendizes em vários estágios de iniciação participando de uma mesma configuração. É nesse contexto que se aprende “como funciona o OP”, em que ocorre o processo de incorporação de um *habitus* específico de participação no processo, como domínio das regras burocráticas, de um léxico apropriado, de eloquência ao microfone, etc., através do acúmulo de determinados tipos de capitais, que se constitui no que pode ser designado como *habitus participativo*, tomando emprestado o conceito analítico de Bourdieu e suas implicações teóricas e metodológicas.

Não raras foram as vezes que em “regime de votação”, escolheu-se como pauta a discussão do regimento interno do FROP, que nunca chegou a ser realizada, nem mesmo quando a secretaria solicitada não comparecia e a reunião precisava prosseguir. Ou por prolongamento dos informes, que serviam também para preencher a lacuna deixada pela ausência das secretarias e garantir que a reunião não acabasse muito cedo, ou porque não

havia “quórum” suficiente, já que muitos não seguiam ao apelo do conselheiro que tentava, em vão, pedir para que as pessoas não levantassem porque a reunião não havia terminado.

As reuniões do COP pouco diferem das reuniões do FROP Centro em termos de organização efetiva. Também realizadas na sala dez do Mercado Público de Porto de Alegre, sempre às terças-feiras, estas reuniões possuem, no entanto, um caráter um pouco mais formal. Esta formalidade está relacionada ao fato de todos que chegaram a ocupar assento no COP já disporem de certos tipos de capitais. Exceder o limite de tempo estipulado para exposição ao microfone, apresentar dificuldades para falar e articular as palavras, não respeitar os colegas ou os representantes do governo municipal, não são indícios da incorporação desse *habitus* específico, imprescindível para inserção no COP. Os excessos ocorrem, obviamente, dependendo da intensidade das discussões, mas não sem a ameaça das reputações nesse jogo de *status*, que não escapam às críticas dos demais conselheiros.

A ascensão ao COP está diretamente relacionada, também, à capacidade mediadora dos líderes entre a comunidade e o governo municipal, bem como, e por consequência desta mediação, a capacidade de transformar interesses e anseios das comunidades em realizações concretas, que seriam no jargão político do OP, as “demandas”.

Fazer parte do conselho, a instância mais elevada de representação, exige, também, uma participação mais sistemática e um conhecimento não apenas do Regimento Interno, mas o domínio da linguagem específica ao campo político, da oratória, desembaraço ao microfone, eloquência, etc. Para se ascender ao COP é necessário, pois, que se tenha o *habitus participativo* incorporado, sendo este adquirido num processo de aprendizagem que já começa no Fórum de Delegados (ou FROP), pois para se tornar conselheiro é necessário, primeiramente, ter sido delegado e ter um percentual elevado de frequência a estas reuniões. O Regimento Interno estabelece que:

Todos os candidatos titulares e suplentes a serem eleitos terão que ter participação como delegados (as), nos Fóruns Regionais ou Temáticos, de 1 (um) ano, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de presença nos últimos 5 (cinco) anos, comprovados em lista de presença.

Quanto à organização interna, O COP está assentado numa base denominada *coordenação*. As reuniões semanais do conselho são conduzidas por um grupo de conselheiros eleitos por seus pares para esta finalidade. A coordenação do COP é composta de quatro membros do governo, sendo dois titulares e dois suplentes, oito conselheiros do COP, sendo quatro titulares e quatro suplentes, e também o secretário (a) executivo (a) do COP.

Segundo consta no Regimento Interno, à coordenação compete, como o nome sugere, coordenar e planejar as atividades do COP, apreciar e mediar conflitos nas Regiões e Temáticas referentes a divergências quanto à priorização de obras, serviços e diretrizes políticas, entre outras atribuições.

Participar da *coordenação* também confere *status* diferenciado entre os conselheiros, como destaca a fala de Marisa, conselheira do OP:

(...) Eu fui eleita pra coordenação, eu fui eleita pra mesa, sou uma das representantes dos conselheiros junto ao prefeito, e isso não é pouca coisa! Isso tem uma história.(...) Se eu vou pra disputa eu vou pra ganhar ou perder e aí quando eu me elejo eu sou legítima! Por isso que eu tenho auto-estima! Como eu disse pra um outro conselheiro na reunião: tu não vai me descaracterizar aqui dentro do COP! Eu fui eleita e tu não foi! Tu disputou comigo e perdeu, aceita isso! Quem coordena essa reunião aqui sou eu! [ele] Tentou me enfrentar lá e eu disse: por que que eu posso fazer isso? Porque eu fui eleita!

A fala de Marisa é expressiva da busca por legitimidade e reconhecimento num campo de forças marcado pela distribuição desigual de prestígio. Ter auto-estima, para ela, é uma consequência desse reconhecimento. Ao compor a *coordenação* (mecanismo de diferenciação no interior do COP) ela está no topo de uma ordem hierarquizada, porque representa seus pares *junto ao prefeito* de uma forma *legítima* através de eleição, onde vencer ou ser derrotado está diretamente relacionado à capacidade de se ganhar ou perder prestígio. Esta posição também carrega uma carga valorativa, pois fazer parte da coordenação, como ela destaca, *não é pouca coisa*. Também é importante destacar nesta fala que Marisa evoca conceitos como *eleição e legitimidade* não apenas para demarcar um status diferenciado face aos demais conselheiros que não fazem parte da *coordenação* (ou que concorreram ao posto e foram derrotados), mas para mostrar sua posição como sujeito de direitos – ela foi eleita e, portanto, é legítima.

Embora o OP tenha sido pensado enquanto mecanismo de inovação democrática face à democracia baseada na representatividade, o arcabouço conceitual e analítico do campo da política pode ser transposto às análises referentes ao OP. Desta forma, considerando o campo político como o “lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (BOURDIEU, 1989), campo este marcado por disputas, busca por legitimidade e uso de estratégias, o acúmulo de capital político nesse campo de forças é que confere prestígio ou *status* entre as lideranças comunitárias que ascendem ao COP. Este status diferenciado é explicitado, performatizado, nas reuniões dos

FROPs, nas assembleias, no interior da comunidade que representam e entre os próprios conselheiros nas reuniões do COP. Essa distribuição desigual de prestígio é que define quem tem o poder de falar e, mais ainda, de ser escutado.

Com relação ao perfil dos participantes, pode-se afirmar que as classes médias e, tampouco, as camadas mais altas da cidade estão presentes nas reuniões do OP. O que há nestes espaços são disputas, negociações e alianças em torno de reivindicações locais, e não uma discussão sobre definições para a cidade como um todo, sobre políticas públicas mais amplas. Atualmente¹³ o OP pode ser considerado como um mecanismo utilizado preponderantemente pelas camadas de baixa renda da cidade, e não somente para demandar frente ao governo municipal, pois outros sentidos envolvem esta participação, como jogos de status entre as lideranças, mobilizações em torno de reputações, etc.

Nas reuniões do OP, o orçamento propriamente dito não é discutido. Presenciei no COP situações em que muitos conselheiros notadamente pareciam não estar familiarizados com as discussões relativas ao orçamento municipal. Quando o secretário do Gabinete de Programação Orçamentária (GPO) participou de uma das reuniões a fim de anunciar a Matriz Orçamentária, uma das conselheiras disse: *ninguém tem faculdade aqui pra ser conselheiro! Eu achei isso tudo aí muito complicado...* Quando outra complementou: *é mesmo, eu também não me dou muito bem com números... Não consigo entender.* Muitos não entendiam porque as cifras eram anunciadas e não havia especificação quanto às demandas da região, o que fora destacado por uma conselheira: *eu só quero saber o tamanho da fatia do bolo pra cada região. Tem que especificar.* O secretário salientou a importância dos cursos de capacitação oferecidos pela prefeitura para que os conselheiros pudessem entender o funcionamento do orçamento municipal. Após a tentativa fracassada de tentar ajudar no entendimento, o secretário rebate impaciente:

É uma linguagem difícil [a do orçamento]? Sim, é! Mas o meu desejo é que vocês entendam, porque afinal de contas esse é o conselho do orçamento, que vocês participam. É complexo? É! Mas vocês têm que entender, é por isso que vocês estão aqui! Eu quero saber por que vocês não conseguem enxergar as demandas de vocês!

O posicionamento explicitado pelo secretário conflitava com o dos conselheiros presentes, pois parecia muito claro o que estava em jogo naquele momento: havia uma incongruência entre a proposta do OP e, sobretudo do COP (e o que o secretário entendia

¹³ No ano de 2009, o percentual de participantes das assembleias com renda familiar de até 2 salários mínimos foi de 52, 5%, incluindo-se neste a faixa de até um salário mínimo. FEDOZZI, Luciano (*et alii*), 2009.

enquanto tal) e o que os conselheiros esperavam do processo, o que deveria ser corrigido. Para o secretário era inconcebível fazer parte do conselho e não entender a linguagem orçamentária, pois era para isto que os conselheiros estavam ali, para discutir o orçamento. Para os conselheiros, o secretário deveria especificar (e simplificar!) cada um dos itens da matriz orçamentária de modo que eles conseguissem entender, pois para isto que ele foi convidado para a reunião, era para isto que ele estava lá. Neste sentido, o OP opera, na prática, através dessa tensão, entre uma perspectiva moderna, baseada num ideário de participação e de cidadania, e entre a perspectiva dos participantes, muitas vezes incompatível com o que pressupõe o processo.

2.2 O “ciclo do OP”

As atividades do OP são organizadas através de um calendário com atividades desenvolvidas ao longo do ano que se intitula “Ciclo do OP”. Seguindo as definições do Regimento Interno, as atividades foram resumidas no quadro a seguir:

Mês (es)	Evento (s)	Principais atividades previstas
Fevereiro	-	Recesso
Março e abril	Reuniões preparatórias	Reuniões de articulação e preparação nas regiões, microrregiões, temáticas e outras; Reuniões de integração do Fórum de Delegados (as) e Fórum de Planejamento. Pauta: prestação de contas; apresentação do Plano de Investimentos (PI); apresentação do Regimento Interno; Critérios gerais e técnicos; discussão para chapa de conselheiros (as).
Abril e maio	Assembleias regionais e temáticas	Rodada de Assembleias nas dezessete regiões e das seis temáticas. Pauta: eleição das prioridades regionais e temáticas; eleição dos conselheiros (as); definição do número de delegados (as); prestação de contas.
Mai a julho	Fórum de delegados	Pauta: eleição de delegados (as); hierarquização das obras e serviços.
Julho	Assembleia Municipal	Posse dos novos conselheiros (as) e entrega da hierarquização das obras e serviços
Agosto e setembro	Votação da Matriz	Discussão e votação da Matriz Orçamentária e da distribuição dos recursos por região. Participam desta etapa os conselheiros e suplentes eleitos nas Assembleias.
Outubro e novembro	Detalhamento do plano de investimento e serviço	Apresentação e votação da proposta de Plano de Investimento, elaborada pelos órgãos do executivo, nos fóruns de delegados; finalização da distribuição de recursos para as regiões e temáticas.
Novembro a janeiro		Discussão nos Fóruns regionais e temáticos das alterações do Regimento Interno (RI), critérios gerais, técnicos e regionais.

(Fonte: DAMO, Arlei Sander. A peça Orçamentária – os sentidos da participação na política a partir do OP porto-alegrense, 2006)

O processo ilustrado no quadro acima constitui o “ciclo visível” ou o ciclo institucionalizado, oficial do OP. No entanto, conforme destacado por Silva e Teixeira (*apud* Ávila, 2003) existem os chamados “ciclos invisíveis” do OP, que ocorrem paralelamente ao oficial. Os “ciclos invisíveis” correspondem aos bastidores do “ciclo visível”, à toda mobilização que ocorre nas comunidades por parte das lideranças comunitárias para participação nas atividades do ciclo oficial, como convite à participação e votação de prioridades nas Assembléias regionais e temáticas, escolha de delegados (as) e movimentação e para a eleição de Conselheiros (as). É neste ciclo invisível que as lideranças comunitárias constroem sua reputação perante a comunidade, desenvolvem estratégias de ação, compõe alianças, etc. É nos bastidores do “ciclo visível”, também, que as lideranças comunitárias articulam adesões dentro e fora do seu grupo, e transitam pelas entranhas burocráticas a fim de que seus interesses (neste caso, os interesses da comunidade que o elegeu como representante) sejam atendidos. Neste sentido, a ideia de um “cidadão participante” conhecedor dos procedimentos técnicos, combatente daquilo que propõe o processo, a saber, as práticas tidas como tradicionais, mas que caracterizam o modo de fazer política no Brasil – o patrimonialismo e o clientelismo, não se verifica na prática, contrariando a visão prescritiva e idealizada do que seja o OP. A conquista das demandas pode não passar apenas pela frequência aos FROPs, pela pressão sobre o governo nas reuniões, pelo rigor dos critérios técnicos, etc., mas pode ser buscada numa aliança estratégica com o governo.

2.3 As mulheres no COP

Como se apresentam as mulheres neste contexto? Se tornar representante de sua comunidade dentro e fora do OP, ascender ao conselho e adquirir conhecimento do campo entendendo-se por isto, a incorporação desse *habitus participativo*, diretamente ligados à conquista de respeito, imprescindível ao *status*, são caminhos nem sempre percorridos com facilidade pelas mulheres que compõe, ou já compuseram o COP. Muitas apresentam trajetórias marcadas por diversas dificuldades enfrentadas no cotidiano dos grupos populares, e estas dificuldades, para muitas, foram decisivas para sua inserção no OP, como mostrarão as falas das mulheres que terão suas histórias de vida destacadas neste trabalho.

Ortner e Whitehead (1981) ao analisar as diferentes construções e concepções culturais do gênero e da sexualidade e as estruturas de prestígio e status dentro de uma sociedade,

consideram também o gênero como estrutura de prestígio. Neste sentido, ao adentrarem os espaços da política, os espaços do OP, e introduzirem ali as suas “vozes”, as mulheres acabam redefinindo o tipo de relação estabelecida, conferindo, também a elas, o direito de representar e de falar em nome do coletivo.

A partir dos dados sobre a participação feminina no OP e principalmente no COP, duas variáveis específicas merecem destaque, pois permitem que se localize a *agência* das mulheres apresentadas neste trabalho: o matrimônio e os *usos públicos da palavra* nas reuniões do OP. Estes dois fatores demarcam gênero, pois as mulheres que participam do OP e, mais ainda, aquelas que disputam e atuam no COP, são mulheres que se encontram independentes de laços matrimoniais e que utilizam menos a prática discursiva nas reuniões que os homens.

Prá e Negrão (2005) ao analisar o perfil de participantes do COP no período de 2002 a 2004, destacam que, em relação aos laços de matrimônio, as mulheres representavam maioria entre as solteiras ou separadas. Apenas 20% se diziam casadas, em relação a 58% de homens que se apresentavam nestas condições. Em pesquisa recente¹⁴, Fedozzi também destacou que uma variável importante que diferencia homens e mulheres quanto às oportunidades de eleições para as instâncias do OP é o estado civil. De acordo com os dados apresentados, as mulheres representam maioria entre os “solteiros”, “viúvos” ou “separados”, enquanto os homens o são na condição de “casados”. Entre os eleitos conselheiros (as), as mulheres representam 62% na condição “solteira”, ao passo que 71,4% dos homens representam à situação “casados”. Entre os que já foram eleitos delegados (as), as mulheres também se encontram na condição de viúvas (81,3%) e separadas (65%). Os homens, mais uma vez, apresentam-se como casados (57,7%).

As mulheres entrevistadas para este trabalho confirmam estes dados: das oito entrevistadas, apenas uma é casada, o restante constitui-se entre separadas e viúvas, e estas destacam que na época em que mantinham um relacionamento, existia uma cobrança muito grande por parte de seus companheiros, que as questionavam sobre suas ausências constantes de casa ou mesmo as impediam de sair, o que as impossibilitava de participar efetivamente da política. Algumas já eram separadas quando entraram na política comunitária e, por extensão, no OP. A única entrevistada que é casada (há mais de trinta anos) destaca que somente

¹⁴ FEDOZZI, Luciano. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre*, 2007.

permanece nessa condição porque o marido não a impede de sair de *casa e voltar a hora que quiser*, e não *controla sua vida*, o que ela não admite.

A fala de Teresa, conselheira do OP e separada do marido “há muitos anos”, é expressiva:

Nem todos entendem [a participação na política] **se é o marido, ele diz**: tá, mas e aí fulana! **Tu vive fora**, vive correndo, vive mais dentro do Orçamento [participativo] do **que em casa**, né, **não cuida os filhos**! Então é difícil, é muito difícil, a pessoa precisa ter um jogo de cintura muito grande pra poder fazer essas coisas todas.

Marisa também destaca que,

Isso [casamento] realmente influencia na vida da gente, porque tu vive nas reuniões e teu companheiro tem que compreender. É muito mais **difícil ser mulher nessas horas? É!** porque eu sei, por exemplo, meu atual companheiro, um dia ele brigou comigo: quando é que eu vou tá na tua agenda? **Existe a cobrança...** Mas é um preço que se paga **pela escolha que faz**. Eu escolhi isso [participar] e **me sinto realizada**.

Esta mesma conselheira, em seu discurso na cerimônia de posse dos conselheiros, enfatiza,

Quando um homem sai pra uma reunião, fica uma **mulher em casa** pra **cuidar dos filhos, da casa**, mas para as mulheres que vão, fica a **cobrança do companheiro**, fica a **ausência perante seus filhos**, mas é muito importante, porque nós mulheres **demarcamos o nosso espaço** e conseguimos fazer uma busca e uma disputa (...) **nós sofremos**, duplamente, triplamente, **senhor prefeito**, porque nós não podemos pagar uma empregada pra cuidar dos nossos filhos pra nós irmos às reuniões (...)

Há um sentido de *agência* embutido nessas falas. Por mais que existisse a cobrança por parte de seus maridos, elas continuaram participando. O conflito gerado pela ausência das mulheres em suas casas culminou em separação. Há, aqui, um dismantelamento das expectativas de gênero, da atribuição de papéis ao masculino e ao feminino; há *agência*, pois o que se afigurava, inicialmente, como um entrave para sua participação, foi superado em prol de suas atividades políticas. A ausência perante os filhos e o marido fez-se necessária para que estas mulheres entrassem nos espaços do OP e nele se consolidassem como lideranças, acima de tudo. Esta *renúncia* aos papéis identificados como femininos e às atribuições de gênero consolidadas – o espaço de atuação das mulheres é o espaço da casa, onde elas cuidam dos filhos e do marido – é o que configura *agência*, no sentido de que elas empreenderam uma ação (saída de casa), tendo em vista um objetivo (melhorias para suas comunidades), conquistaram uma posição destacada no OP e, ao refletir sobre isto, destacam que se sentem mulheres *realizadas*. Esta categoria êmica e subjetiva será analisada no capítulo três.

Com relação à prática discursiva nas reuniões, Fedozzi (ibidem) destaca que as mulheres exercitam menos a fala comparativamente aos homens. Falar perante ao público participante das reuniões parece ser outro fator que diferencia homens e mulheres no OP. Segundo os dados apresentados relativos à pergunta “*you costumava falar nas reuniões do OP?*”, as mulheres obtiveram percentuais menores nas respostas “sempre” (46% a 54%) e “quase sempre” (39% a 60%), e maiores nas respostas “às vezes” (52% a 48%) e “nunca” (56% a 44%). Estes dados referem-se tanto às conselheiras e delegadas, quanto às participantes do público mais geral do OP. No entanto, Fedozzi ressalta que, como esperado, conselheiros e delegados exercitam mais a prática discursiva nas instâncias do OP.

Com relação ao exercício da fala, Marisa destaca que

a gente no início tem **dificuldades, medo de falar, falar errado**, pra falar com o prefeito, essas coisas assim realmente **dá insegurança**, eu fiz intervenção pela necessidade, quando eu vi que tava perdendo tudo, eu **peguei o microfone e fui**...não adianta, a gente já **não escreve bem**, então a **nossa arma é a fala**, tu fala, tu briga, tu grita. A maior ferramenta, eu acho, do Orçamento Participativo é de dar esse espaço pra tu dizer o que tu pensa, não importa se vai ser aceita ou não, muitas mulheres não eram ouvidas nem dentro de casa e passaram a ser ouvidas no OP.

Separando-se por gênero os que fizeram uso da palavra no COP em 10 sessões referentes aos anos de 2007 e 2008¹⁵, escolhidas aleatoriamente e agrupadas a partir das atas desses encontros, percebe-se, claramente, uma proeminência masculina. Num total de 320 intervenções – excetuadas as do(a) coordenador(a) da sessão e dos representantes do governo –, tem-se que 251 delas foram realizadas por homens e tão somente 86 por mulheres. Tomando-se esta informação como um dado ilustrativo - à medida que não tem precisão estatística –, nota-se que os homens ocupam 74% das oportunidades de manifestação ou, preferindo-se, para cada três intervenções masculinas tem-se uma feminina. Isto permite supor que o OP ainda possui um viés bastante conservador em se tratando da questão de gênero. Quando observada a correlação de gênero nas Assembléias, instância na qual a participação é mais difusa, tem-se a predominância da participação feminina. A medida em que se avança nas instâncias de decisão (COP), elas vão perdendo representatividade, de maneira ainda mais evidente quando se toma por base apenas os conselheiros titulares. E quando se analisa quem de fato faz uso público da palavra, pressupondo que nisto reside uma manifestação de *agência*, nota-se claramente que as mulheres encontram-se em desvantagem.

¹⁵ O levantamento desses dados e seu agrupamento contaram com a colaboração do professor orientador desta monografia.

Segundo Prá e Negrão (ibidem), ao se direcionar a atenção para o Conselho do Orçamento Participativo (COP) de Porto Alegre, tendo presentes as relações de gênero aí estabelecidas, percebe-se o quanto a prática da representação política continua sendo um campo de competência masculina. Segundo as autoras, as cotas estabelecidas pelo regimento interno para composição do conselho, um mínimo de 40% e um máximo de 60% para ambos os sexos, estava sendo atendidas em patamares mínimos durante o período de estudo realizado no COP (nas gestões de 2002-2003; 2003-2004). Através do registro das listas de presença das reuniões, as mulheres eram, na prática, 38 conselheiras (43%) entre os 88 integrantes do COP. Mesmo assim, um valor, segundo as autoras, passível de relativização, pois naquele momento a maioria delas ocupava a condição de suplente.

Em relação à participação por gênero no COP, os dados obtidos através da pesquisa realizada pela ONG Cidade indicam que desde o início do OP até hoje, a participação das mulheres no Conselho vem aumentando de forma significativa, tanto nas regiões quanto nas temáticas. Estes dados permitem que se tenha uma visão mais panorâmica dos recuos e avanços da participação das mulheres no COP, englobando tanto titulares, quanto suplentes e também ao isolar somente os dados relativos às mulheres eleitas conselheiras titulares.

Iniciando com apenas 9,1% do total de sua composição no ano de 1992, elas ampliaram sua participação para 49% na gestão de 2007 do Conselho, aproximando-se da participação masculina, de 51%, considerando-se tanto titulares quanto suplentes. No entanto, quando a análise se dirige aos representantes titulares, descartando-se os suplentes, o quadro se inverte. No ano de 1990, o percentual de mulheres titulares era de 22%, sendo 78% de homens. Em contrapartida, no ano de 2007, dos titulares eleitos, as mulheres representavam 39%, e os homens 61%. Até o ano de 2001, as mulheres não ultrapassavam o percentual de 32% dos conselheiros titulares, que oscilava desde o ano de 1992 até o ano de 2000 entre 22% e 25%. Neste mesmo período, de 1992 a 2001, o percentual de homens que ocuparam os postos de titularidade no COP oscilava entre 78% a 68%.

Em pesquisa também realizada no OP porto-alegrense, Marion Gret (2004) apresentou dados relativos à composição do COP no período de 2000 a 2004. Segundo estes dados, em relação às regiões, 28 (vinte e oito) mulheres foram eleitas para compor o Conselho enquanto que no mesmo ano 36 (trinta e seis) homens foram conselheiros, sendo que dos 32 (trinta e dois) conselheiros titulares apenas 11 (onze) foram mulheres. Quanto às temáticas, 5 (cinco) mulheres e 15 (quinze) homens foram eleitos conselheiros, sendo que do universo dos

titulares somente uma era mulher. Esses números mantêm a mesma proporção na gestão 2001-2002 quando analisados os dados referentes ao titulares das regiões, nas temáticas dos 24 (vinte e quatro) titulares, 3 (três) foram mulheres. Para a gestão 2003-2004, a autora também não observa grande diferença: dos 32 (trinta e dois) conselheiros regionais titulares, 11 (onze) foram mulheres, sendo que no total, entre conselheiros regionais e temáticos, 24 (vinte e quatro) mulheres e 40 (quarenta) homens foram eleitos. Nas temáticas a situação também se mantém: 9 (nove) mulheres e 19 (dezenove) homens foram eleitos para compor o Conselho do OP, sendo que dentre os titulares 5 (cinco) foram mulheres (GRET, 2004).

A partir dos dados apresentados pode-se aferir que as mulheres encontram dificuldades quanto ao acesso a postos de maior representatividade e prestígio, como o COP, confirmando o já foi destacado neste trabalho como ponto de partida para analisar a atuação e *agência* das mulheres que escapam a esta assertiva. Os homens são escolhidos com maior frequência para compor o Conselho, mas isto ocorre, também, porque no momento das negociações para composições de chapas, as mulheres são convidadas a participar na condição de suplentes, ou escolhem disputar nesta posição, que serve como período de aprendizagem sobre o processo, como foi relatado por algumas entrevistadas. Quando a disputa ocorre entre duas chapas concorrentes, com homens e mulheres disputando os postos, os homens também recebem maior número de votos, restando às mulheres a suplência.

O deslocamento (real e simbólico) operado por estas mulheres entre o espaço doméstico e o espaço público não é um caminho realizado sem resistências. Trata-se, no caso aqui analisado, de mulheres que recusaram o desempenho de determinados papéis tradicionalmente associados ao feminino em prol de sua participação na esfera pública (da política). São mulheres que transformaram, portanto, a ordem ditada pela tradicional divisão sexual dos espaços na busca por seus projetos.

As diferenças – que geram desigualdades – permeiam as relações estabelecidas entre os agentes envolvidos no campo da política. Homens e mulheres possuem valorações distintas, são os homens ocupam os espaços mais prestigiosos da política porque a política é um espaço simbólico associado ao masculino, e isto acontece também em mecanismos de democracia participativa, como é o caso do OP. São os homens que estão preparados para o “enfrentamento”, para as discussões, etc., num campo de forças marcado pela distribuição desigual de poder e prestígio. Aliás, no campo político, o verbo “enfrentar” e o substantivo “enfrentamento” possuem uma conotação masculina – os homens se enfrentam, as mulheres

não; e se homens e mulheres se enfrentam, os homens são exitosos. O “enfrentamento” (como sinônimo de confronto) configura-se, então, como um atributo cultural identificado com o masculino. Isto aparece, inclusive, nas falas de algumas mulheres, como na de Marisa, conselheira titular por dois mandatos consecutivos no COP, o que ela atribui ao fato de *fazer o enfrentamento*.

Eu poderia **ser mulher e não fazer enfrentamento**, e esses homens que tem aqui (no COP)... **aqui é uma disputa muito grande**. As vezes tem que ter um **comportamento de macho pra poder ficar no poder**, acontece que as mulheres não fazem esse enfrentamento, elas se acomodam: ah, não vou, não sei o que, é assim...

A fala de Marisa expressa bem esta assertiva: o enfrentamento é um requisito necessário para se consolidar nos espaços de poder do OP. As mulheres precisam assumir esses atributos masculinos como forma de se estabelecerem (e permanecerem) nestes espaços.

Diante de todos estes dados que indicam que as mulheres tendem a ocupar posições periféricas na ordem hierarquizada do OP, aparecendo com muito mais frequência como conselheiras suplentes, também há mulheres que transformaram estas relações, que desafiaram esta tendência e conquistaram posições prestigiosas nos espaços do OP, nem que para isto precisassem assumir estratégias (recorrendo a atributos relacionados ao masculino – como *enfrentamento*, por exemplo), para atingir seus objetivos como lideranças comunitárias. Este é o caso das mulheres que serão apresentadas no próximo capítulo, onde a questão da *agência* e da transformação operada pela participação (em termos objetivos e subjetivos) será abordada de forma mais aprofundada através da análise da trajetória e das narrativas biográficas dessas mulheres.

3 AS MULHERES NO (DO) OP: TRAÇANDO PERFIL, RECONSTRUINDO TRAJETÓRIAS

Embora características específicas em cada uma das mulheres entrevistadas denotem rostos e vidas singulares, suas trajetórias convergem em um ponto comum: a inserção no mundo da política se afigurou para elas, inicialmente, como alternativa de superar os diversos problemas relacionados à comunidade que pertenciam ou passaram a pertencer. Como meio de superar os infortúnios elas se engajaram no campo da política e perceberam que ele oferecia oportunidades que transcendiam apenas a realização de projetos coletivos. A transformação objetiva do espaço onde viviam culminou em uma transformação em termos subjetivos.

As mulheres que terão suas histórias apresentadas neste capítulo possuem trajetórias marcadas por dificuldades, privações e até mesmo violência, mas, sobretudo, por *agência*. Suas trajetórias são pautadas pela atividade ao invés da passividade. Segundo Ortner, atividade implica “perseguir projetos; passividade implica não apenas não perseguir projetos, como evitar, de certo modo, até o desejo de fazê-los” (ORTNER, 2007b). Estas mulheres não somente construíram projetos, conquistaram posições, superaram adversidades, como o esforço empreendido na concretização desses objetivos resultou em uma auto-realização.

3.1 Personagens e percursos

Marisa¹⁶ começou a trabalhar como babá aos doze anos para ajudar a família nas despesas da casa. O pai era proprietário de uma empresa, mas problemas familiares culminaram na perda desta para um primo. A família mudou-se para outro bairro. Da casa confortável, deparou-se com uma *moradia precária, sem água encanada, sem luz*. Penúltima filha de uma família de por oito irmãos, Marisa relata que após o pai perder o emprego e a fonte de renda da família, sua mãe teve que fazer algumas escolhas e diminuir o número de pessoas na casa. A alternativa encontrada foram os colégios internos, para onde a mãe

¹⁶ À exceção de dona Nelci, os nomes originais das mulheres foram trocados com o intuito de preservar seu anonimato, seguindo os preceitos éticos da pesquisa etnográfica.

encaminhou três de suas irmãs. “*Mas alguém precisava ficar pra ajudar a cuidar da casa e dos meninos, os menores... eu fui a escolhida...*” o que não permitiu que Marisa prosseguisse os estudos.

Grávida com quinze anos, Marisa foi viver com o marido, numa casa construída no mesmo terreno de seus pais na comunidade onde reside até hoje. O terreno foi comprado pela mãe, com o dinheiro recebido de uma herança familiar. Nessa época teve o segundo filho e precisava ajudar o marido nas despesas da casa, chegando a trabalhar “*dezoito horas num dia que tem vinte e quatro...*”, como acessorista e caixa de supermercado.

A trajetória de **Teresa** se confunde em muitos aspectos com a de Marisa e também de outras conselheiras; no entanto, um fato marcou indelevelmente sua história: Teresa passou três anos presa sob a acusação de tráfico de drogas. Segundo ela, isto ocorreu após assumir a responsabilidade do filho mais novo, que além de viciado em crack, sofre de esquizofrenia e transtornos de humor, segundo diagnósticos de psiquiatras. Teresa tem quatorze filhos, dos quais apenas dez estão vivos. Quatro foram vitimados pela violência gerada pelo tráfico de drogas.

Da mesma forma que Marisa, Teresa começou a trabalhar com doze anos, quando o pai a mandou embora de casa. Até esta idade, viveu com o pai e a madrasta em São Jerônimo, cidade onde nasceu, e em Esteio. Segundo Teresa relatou, a mãe a abandonou quando ela tinha nove meses. Aos quatorze anos ela conheceu o ex-marido.

Sabe assim aquele amor à primeira vista? Não sei se era amor a primeira vista ou se era necessidade de arrumar uma casa, alguém que me cuidasse (...) aí eu fui morar com ele, casei e veio um atrás do outro, os filhos.

Teresa destacou, porém, que teve uma *vida muito sofrida* após o casamento. Seu marido era alcoólatra e sempre que chegava em casa após as horas em que trabalhava como servente de pedreiro, ele agredia a ela e aos filhos. Segundo relatou, a agressão que sofria do marido era atribuída ao fato da desconfiança que ele tinha de que estava sendo traído, embora ela não saísse de casa. O casamento (e o amor) que se afigurou inicialmente como busca por alguém que pudesse oferecer cuidados e uma moradia, apresentou-se como sofrimento, onde a casa aparecia como reduto de diversas privações: *eu não tinha uma muda de roupa, eu não tinha nem cadeira pra sentar dentro de casa, eu não tinha nada, eu não trabalhava, ele não deixava eu trabalhar...*

A situação começou a mudar, segundo Teresa, quando conseguiu um emprego por intermédio de uma médica que atendia seus filhos no posto de saúde perto de sua casa. Teresa trabalhou no setor de limpeza de uma empresa que prestava serviços para a prefeitura. Com o emprego, adquiriu confiança e procurou a justiça, numa época em que a Lei Maria da Penha¹⁷ não tinha sido instituída. Separou-se do marido e alugou uma casa pequena, para onde se mudou com todos os filhos.

Quando eu me separei as coisas melhoraram...a minha vida só foi (sic), conheci outro, casei de novo, e quando eu coloco uma coisa na cabeça eu vou até o fim. Até meu marido dizia: tu nem precisa de marido, porque tu te governa, e eu dizia: alguém tem que ter iniciativa (...) eu passei quase toda a minha vida cuidando de filho, porque quando um fazia onze meses o outro nascia, eu tava sempre grávida, aí quando eu me separei eu disse: agora eu vou retornar a minha vida.

A iniciativa de mudar a situação em que vivia e sua efetiva transformação ocorreu após a separação e a recusa do desempenho de determinados papéis tradicionalmente identificados como femininos – cuidado da casa, dos filhos e do marido – o que ela desejava quando conheceu o primeiro marido. Conforme Teresa destacou, suas atitudes surpreenderam inclusive seu segundo companheiro, que alegava que ela se governava e que, portanto, não precisava de um marido. Teresa resolveu assumir a direção de sua vida (se governar) e pensar mais em si mesma, priorizar-se, o que acarretava colocar marido e filhos (e maternidade) em segundo plano na sua vida.

Elisa é moradora do bairro Restinga, o mesmo onde Teresa morou por vinte e oito anos. O bairro Restinga é o maior da capital em termos populacionais¹⁸ sendo este estigmatizado como um dos mais violentos da cidade. O bairro Camaquã, onde nasceu, namorou, noivou, casou e onde nasceu sua única filha foi abandonado em função do alto custo que pagava pelo aluguel de uma casa. Elisa mudou-se para o atual local de moradia com a filha e o marido, através de um acordo com o irmão que já residia no bairro e que precisava de alguém para cuidar de seus filhos. Elisa se comprometeu, então, a cuidar dos sobrinhos e construiu sua casa no mesmo terreno onde estava a casa de seu irmão.

Os pais de Elisa separaram-se antes do seu nascimento, e ela passou a ser criada pela avó materna. Como Marisa e Teresa, Elisa não pôde prosseguir os estudos (que abandonou na

¹⁷ Lei sancionada em agosto de 2006 que busca coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

¹⁸ Dados restinga

terceira série do ensino fundamental), pois a avó achava que ela não precisava disso para casar, uma vez que era este o destino reservado às mulheres.

Quando adolescente, Elisa ajudava na organização das festas promovidas pela igreja do bairro onde morava. Segundo ela, o que a motivava a participar destas mobilizações não eram suas convicções em relação ao catolicismo, mas sim o apoio aos trabalhos sociais realizados pelo padre em sua comunidade.

Aos quatorze anos, saiu da casa da avó, indo trabalhar como doméstica num bairro de classe média. Aos dezesseis passou a trabalhar numa fábrica de biscoitos, de onde saiu pouco antes de completar cinquenta anos de idade.

Ana Lúcia também nasceu na capital e morou em um dos bairros de classe média e alta da cidade. Na trajetória de Ana Lúcia, a infância foi marcada, como para Marisa, por mudanças significativas em termos financeiros. O pai era proprietário de um restaurante, e a casa de *“madeira belíssima”* onde residia (também comparada a uma *casa de bonecas*), é uma das lembranças mais marcantes de sua infância. Segundo Ana Lúcia relatou, o pai não sabia administrar o dinheiro e era muito “mulherengo”, gastava muito dinheiro com mulheres, o que culminou na falência de seu restaurante e na decisão de sua mãe em separar-se dele. A separação dos pais e a mudança para a região central da cidade com a mãe, uma costureira, acarretou dificuldades financeiras e, da mesma forma que Marisa, Teresa e Elisa, Ana Lúcia precisou começar a trabalhar aos onze anos de idade para ajudar a mãe, que sofria de depressão crônica. As dificuldades levaram mãe e filha a mudar-se para um município na região metropolitana da capital, mais precisamente no município de Viamão, para um local onde Ana Lúcia diz não ter se adaptado.

Ana Lúcia estudou como bolsista num renomado colégio católico, quando ainda morava na região central da cidade. Segundo ela, sofreu muito preconceito por ser a única negra da turma. O abandono dos estudos ocorreu em função da doença da mãe e da necessidade de auxiliar no sustendo de ambas.

Aos dezessete anos, Ana Lúcia casou-se com um argentino e mudou-se para Buenos Aires. A crise econômica que assolou o país no final da década de setenta, trouxe Ana Lúcia, o marido, e as duas filhas nascidas na Argentina de volta ao Brasil após oito anos. Ela acabou mudando-se para a casa da mãe, porém a convivência conturbada entre genro e sogra levou Ana Lúcia a mudar-se com as filhas e o marido para outro local. O marido comprou uma

pequena casa num local próximo ao centro da cidade, mas após algum tempo, descobriram que a casa estava construída num terreno que pertencia ao governo do estado e que, portanto, tratava-se de uma ocupação irregular.

A trajetória de **Beatriz** assemelha-se à de Ana Lúcia quando esta relata os motivos que a levaram para o local onde reside atualmente. Beatriz é natural de Rosário do Sul, uma cidade que faz fronteira com o Uruguai. A vinda a Porto Alegre ocorreu em função de infortúnios familiares, como a morte dos irmãos mais velhos, que já residiam na capital. O pai, a convite da irmã, veio morar na cidade trazendo consigo ela e os irmãos menores.

Aos quatorze anos, Beatriz abandonou os estudos na quinta série do ensino fundamental para procurar emprego. Trabalhou como recepcionista, auxiliar de escritório em várias empresas, até chegar a uma clínica de oftalmologia. Apesar dos poucos anos de estudo, Beatriz sentia-se preparada para trabalhar, pois, segundo ela, o fato de não ter estudo suficiente, ou o exigido para ingresso no mercado de trabalho, não foi empecilho, pois tinha muito conhecimento, adquirido pela *experiência de vida*.

Beatriz acabou casando-se com um homem mais jovem que ela, porém as desavenças com o marido, pelos gastos excessivos em festas, e pela vida boêmia que este levava, culminaram em sua separação. Beatriz alugou uma pequena casa no bairro Lomba do Pinheiro, numa área habitada predominantemente por pessoas de classes populares, fato que, a princípio, lhe causou espanto, pelas condições precárias do lugar. Separada do marido e com duas filhas, Beatriz diz não ter se adaptado às novas condições de moradia que dispunha. O fato de ter morado no centro da cidade, região tradicionalmente identificada como “pertencente” à classe média, a impedia de ter contato com a “periferia”, como ela destaca. A chegada ao bairro de classe popular mostrava outra realidade, diferente daquela em que foi socializada. Beatriz deparou-se com as precárias condições de saneamento básico do local, como o *esgoto que passava* em frente à sua casa e decidiu resolver este problema.

Rosane é porto-alegrense e, diferente das demais entrevistadas, nasceu e constituiu família na mesma comunidade onde reside até hoje, tendo acompanhado todas as transformações ocorridas no local. A casa de seus pais foi a segunda a ser construída no “meio do mato”, pois era este o cenário da região há quarenta anos. Aos poucos, as pessoas começaram a ocupar o lugar, que pertencia a polícia militar, mais especificamente aos bombeiros, aliás, profissão de seu pai, e que originou o nome da comunidade: Chácara dos Bombeiros. A área destinada aos

bombeiros e suas famílias foi gradativamente ocupada por pessoas oriundas de outras regiões da cidade, e as ruas começaram a ser “abertas”, tornando o lugar um “aglomerado de casas”, constituindo a vila.

Ao contrário das mulheres apresentadas até então, Rosane estudou até o segundo ano do ensino médio, e o abandono dos estudos deveu-se ao nascimento do segundo filho. Neste período, sentiu-se desamparada, passou por dificuldades financeiras, chegando a “passar fome”, mas, segundo relatou, conseguiu “vencer” as dificuldades.

A história de **Tânia** difere em muitos aspectos das apresentadas até então. Tânia nasceu em Alegrete e nesta cidade casou e teve seu único filho. Separada do marido, mudou-se para a capital a fim de lecionar em uma escola municipal, pois tem formação no magistério para ensino fundamental, mais precisamente nas séries iniciais (de primeira à quarta). Morou no município de Viamão por cinco anos até decidir se mudar para Porto Alegre. Tânia destaca que decidiu prosseguir nos estudos numa época em que as pessoas tinham uma *visão muito fechada das coisas*, pois segundo relatou, em sua *época as mulheres não precisavam estudar*, apenas os homens. As mulheres precisavam saber o básico para escrever bilhetes e nada mais.

Quando chegou à capital, trabalhou como professora municipal, atividade que exerceu até a aposentadoria. Além de ter estudado numa época em que *as mulheres não precisavam estudar*, Tânia relatou que conseguiu emprego numa época em que era muito difícil conseguir, inclusive, fazer a carteira de trabalho. Tânia conquistou muitas coisas que as *mulheres de sua época* não almejavam, ou se faziam, não prosseguiram na busca de seus objetivos.

Através dos relatos apresentados, que remontam à infância e adolescência, percebe-se que muitas dessas mulheres precisaram encontrar desde muito cedo alternativas que fossem capazes de mudar o contexto em que viviam. A busca por um emprego como meio de auxiliar a família e a si próprias foi uma constante em muitos relatos, bem como o abandono dos estudos, à exceção de Tânia, que era dissidente de sua época, como bem demonstra ao destacar que as *pessoas tinham uma visão muito fechada*. A gravidez na adolescência também impediu que muitas prosseguissem os estudos que deixaram para trás já na infância.

Fato interessante é que algumas dessas mulheres, por motivos semelhantes, apresentam trajetórias marcadas por períodos de ascensão e declínio, deparando-se com privações e necessidades que desconheciam, pois não são oriundas dos grupos populares da cidade, como

Marisa, Ana Lúcia, Beatriz e Tânia. No entanto, todas elas se depararam com contextos onde ausência e a escassez marcavam o cotidiano das comunidades onde passaram a residir. Resta analisar as estratégias empreendidas por estas mulheres na busca por mudanças deste cotidiano.

3.2 A trajetória até o OP:

Para Marisa, o envolvimento com o movimento comunitário deu-se através de um fato que, segundo relatou, foi decisivo, mas que não ocorreu por vontade própria. Como trabalhava muito, não tinha tempo de ver as necessidades da comunidade e dos moradores, seus vizinhos. Sentada em frente à sua casa, no primeiro ano em que conseguiu usufruir de suas férias, Marisa presenciou um acidente com um menino, morador da comunidade, quando este decidiu subir atrás de um caminhão e acabou caindo. Marisa foi buscar auxílio médico e acabou conhecendo a família do menino, que morava muito próximo à sua casa. Este fato levou Marisa a conhecer as dificuldades dos moradores da comunidade, pois descobriu que a família do menino vivia *numa situação muito difícil*, ao se deparar com a pobreza ao lado de sua casa. Decidiu, então, ajudar algumas das crianças convidando-as para almoçar em sua casa. Porém, ao término de suas férias, Marisa não sabia o que fazer com as crianças que almoçavam todos os dias na sua casa, pois ao retornar para o trabalho, não estaria mais em casa no horário do almoço e não teria mais tempo para prestar qualquer tipo de assistência a elas. Resolveu procurar auxílio em diversos órgãos governamentais e não governamentais, mas não conseguiu resolver a situação das crianças. A frustração por não ter recebido auxílio e a constatação da ineficiência da associação de moradores e as exigências burocráticas dos órgãos governamentais de assistência social, levaram Marisa e um grupo de mulheres a montar uma associação que as diferenciasse da associação de moradores, já existente na comunidade. A associação se constituiu e Marisa foi aclamada como presidente.

O convite para concorrer à presidência da associação de moradores ocorreu pela repercussão do trabalho realizado com as crianças. No entanto, Marisa resistiu num primeiro momento, pois não queria se envolver com questões da associação de moradores, pois seu trabalho era com as crianças.

Mas a comunidade começou a me cobrar: não foi tu que disse que a associação não funcionava? Tu construiu um trabalho, tu tem uma credibilidade na vila que quase nenhuma liderança tem, então, porque que tu não pode? Nós precisamos de gente

que nem tu. Eu concordei, mas disse: eu concordo, mas eu quero ser vice, porque eu tinha uma ideia de que vice não fazia nada (...). E eu também na época entendia que associação era coisa de homem, essas coisas de pavimentação, esgoto, esse negócio era de homem, eu tava no meu papel de mulher cuidando das crianças da comunidade.

O envolvimento com o OP ocorreu após um período de resistência ao processo. Marisa entendia que o movimento comunitário perderia sua força com o advento do OP na prefeitura. A atuação das associações comunitárias perderia sua *razão de ser*, não haveria mais motivos para participar, tendo em vista que ela não teria mais prerrogativas para realização de obras nas comunidades. O que antes era da alçada das associações, como busca de melhorias e obras de infra-estrutura, passaria ao encargo do OP, através da participação neste. Mas,

E aí o que aconteceu? Eu comecei a notar que outras obras estavam vindo e nós não estávamos levando porque nós não íamos pro OP...daí um dia eu fui lá assistir uma reunião e aí, cheio de regras, quis falar e não podia porque tinham encerrado as inscrições, saí de lá chorando, não pude falar aquele dia, aí fui na outra vez e já comecei a prestar atenção nas regras, já me apropriei, a primeira vez eu ergui a minha mão: não deu, eram dez inscrições e eu tava fora. E aí eu falava: mas como que uma presidente de uma associação vem aqui e tá fora?! Aí na outra eu me organizei, eu já era a primeira inscrita, não tinham nem aberto inscrições e eu já tava lá esperando, pronta pra falar. Daí eu fui organizando pra comunidade participar também...

O convite para participar do conselho OP se deu através de outros conselheiros que perceberam sua capacidade de mobilizar a comunidade. Segundo Marisa, os conselheiros perceberam que ela estava “*levando as pessoas pra participar*” e que tinha, então, “*muita força*”. No entanto, Marisa questionou o fato de ter sido convidada para concorrer como suplente,

Aí disseram: então tá, Marisa, aí tu vem como nossa suplente, eu disse: como é que é?! Eu não vou ser suplente! Eu só vou ser suplente se o povo disser que eu vou ser suplente, e serei uma ótima suplente, se assim for! Agora não é vocês que vão me convidar já como coadjuvante! Eu não sou mulher de figuração. (...) Mas não aceitei! E fui pra plenária e fiz a plenária decidir e me elegi como titular!

Marisa não queria ser suplente e ter um ‘papel secundário’ no conselho. Ela não queria ser *coadjuvante*, como destaca em sua fala. Entendo-se o OP como palco das dramatizações e performances¹⁹, Marisa queria atuar no papel principal, pois ela não se reconhece enquanto *mulher de figuração*. Não foi a toa que além de conselheira titular e representante de sua região, ela participa da coordenação do COP, como já foi destacado no capítulo dois.

¹⁹ Utilizando os conceitos de Victor Turner.

Para Teresa, envolvimento com o OP ocorreu após a morte do filho, como forma de superar a perda e ajudar em melhorias para a comunidade. Concomitantemente ao OP, Teresa trabalhou na escola de samba na comunidade que viveu por vinte e oito anos, a Estado Maior da Restinga. Na escola de samba, Teresa já fazia *um trabalho comunitário*, como ela destaca. Este trabalho foi reconhecido pelo presidente da escola, que a convidou para ser sua vice na composição da diretoria. De vice, Teresa passou a presidência, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo na história da escola.

A saída da Restinga ocorreu após a morte de um dos filhos. Teresa se mudou, então, para o centro, na comunidade chamada Cabo Rocha²⁰, onde ela se envolveu de forma mais intensa com o trabalho comunitário. A Cabo Rocha apresentava necessidades em múltiplas áreas, e Teresa foi convidada para fazer parte da associação de moradores, o que a levou, também, ao OP.

Teresa participou como delegada do Fórum de Delegados da Região Centro e de delegada foi convidada para compor a chapa de conselheiros. Com apenas um ano no COP, Teresa foi presa.

Eu assumi a culpa pelo meu filho²¹ e peguei quatro anos e quatro meses, aí fiquei três anos, cheguei lá e fui pra cozinha, trabalhei como cozinheira. Fiquei cinco dias e já fui pro trabalho, até eu sair de lá tudo que era curso que tinha eu fazia, tudo que eu não aprendi aqui fora eu aprendi lá dentro (...). Nós até fizemos uma enquete lá dentro, por que que preso não pode votar? Porque agora o preso vota, fui eu que fiz aquilo ali, aí todos os candidatos foram lá, quando eles chegaram lá e me viram eles disseram: mas o que que tu tá fazendo aí, tu tá precisando de alguma coisa? Aí as gurias falavam: mas que engraçado, todos os candidatos te conhecem. E eu dizia: mas claro, se eu vivo envolvida com essa gente na política, nas campanhas, eles vinham me abraçavam e até a diretora dizia: mas Teresa, todo mundo te conhece, cada vez eu me convenço que não foi tu que fez aquilo, isso é coisa dos teus filhos, e eu dizia: não, fui eu sim, como é que eu ia dizer que foi meu filho, ta aí ele, graças a deus, se eu tiver que fazer de novo, pra defender meu filho, eu vou defender, que ele é esquizofrênico, bipolar, e agora tá na droga, pra completar. Não era meus planos meus filhos ficarem assim, queria que eles estudassem, mas, não foi assim (...) teve uma época que eu tinha cinco na cadeia, e eu visitava os cinco, com sacolas de comida pra todo mundo eu levava (...) com tudo isso, até eu fui parar na cadeia... Esses anos presa, meu filho doente, foi um suplicio...

²⁰ Vila situada – até a construção do condomínio Princesa Isabel, demanda do OP, para onde fora removidos – nas adjacências da Rua Cabo Rocha, atual Professor Freitas e Castro, localizada entre as ruas da Azenha e Santana. Uma lei municipal datada do ano de 1955 decretou que a rua Cabo Rocha passasse a denominar rua Professor Castro e Freitas, a fim de escapar da fama que ganhara como zona de bairro meretrício.

²¹ Segundo Tânia, o filho mantinha drogas em sua casa e, conforme relatou, ela assumiu a responsabilidade para que ele não fosse preso.

Ao relatar sua trajetória e o período em que esteve presa, Teresa se constrói discursivamente como uma mulher que possui *muita agência*. Nesta narrativa, ela reuniu fatos que a torna diferentes das demais, pois como enfatiza, não só questionou o que era inquestionável e aceito passivamente – os presos não votam – como buscou meios de subverter a situação, e obteve êxito nesse objetivo, a tal ponto que os políticos foram visitar o presídio feminino, que também se transformou num espaço onde se busca votos. Através disso, conforme Teresa, ela pôde mostrar que tinha um envolvimento com a política e tinha uma posição, um *status* diferenciado, pois ela conhecia os políticos. Segundo ela, isso fez com que inclusive a diretora do presídio feminino questionasse os motivos que a levaram a ser presa. Como Teresa destaca, período em que esteve no presídio também foi ocupado com os cursos de capacitação oferecidos, onde ela diz ter aprendido muitas coisas que não aprendeu *do lado de fora*.

Após sair do presídio feminino, Teresa voltou ao OP e ao Conselho. Segundo ela, todos os conselheiros sabem do fato de ela ter sido presa, mas não comentam. Não houve preconceitos quanto a isto também, pois ao retornar foi convidada para fazer parte da chapa que concorreria ao conselho e que saiu vitoriosa da disputa. Atualmente, Teresa é conselheira pela Região Centro do OP e diz que este é seu último ano, pois precisa descansar.

Elisa destacou que a participação no OP ocorreu após a mudança para o terreno do irmão e a descoberta de que suas casas estavam instaladas numa área irregular. No entanto, Elisa já participava das reuniões do OP da região que morava anteriormente, porém como delegada. O fornecimento de energia elétrica e de água potável também não era regularizado. Elisa, então, procurou alguns órgãos municipais que pudessem auxiliar no processo de regularização fundiária do local e foi aconselhada a participar das reuniões do Orçamento Participativo.

Organizou um grupo para a fundação da associação de moradores, onde atuou, primeiramente, como primeira-secretária. Elisa relatou que não queria atuar como presidente porque achava que seria discriminada por ser mulher. No entanto, o presidente eleito desistiu após seis meses de mandato, tendo Elisa ocupado sua posição. Na sua gestão como conselheira, Elisa destaca as conquistas que obteve para a comunidade: regularização do fornecimento de água e energia elétrica – todos recebem sua conta –, iluminação pública, o lugar alagado recebeu saibro, tornando possível a passagem de carros. Todas estas conquistas

foram possíveis, segundo Elisa, pela confiança que os moradores de sua comunidade depositaram nela, enquanto sua representante.

O envolvimento com a política ocorreu, também,

Pela ânsia de querer que as coisas fossem melhores, porque como **eu me sentia muito oprimida como mulher, eu não admitia**...eu não quero ficar um passo a frente do homem, nem ser um milímetro mais alta, eu quero ter a mesma altura e ficar um passo juntinho com ele, caminhar no mesmo passo. Não chego a ser bem uma feminista, mas... Já é uma luta que se tem né...

Aqui a questão da *agência* deve ser novamente destacada, pois Elisa salientou que se sentia “oprimida como mulher” e que não admitia o fato. Neste sentido, a política se afigurava como meio de acesso à igualdade de gênero, mas Elisa não se reconhece como uma feminista, pois o feminismo, para ela, parece estar associado a uma busca pela primazia da mulher em relação ao homem, e ela busca igualar-se e não diferenciar-se dos homens.

Elisa atua ainda como conselheira da Temática de Saúde Assistência Social, pois a comunidade percebeu que seu trabalho estava muito voltado para questões de assistência social. Como faltava pouco para deixar o conselho da região, Elisa decidiu concorrer ao conselho da temática, porém na suplência, pois queria aprender primeiramente, fato que não agradou sua comunidade, que gostaria de vê-la na “titularidade”. Elisa acabou, então, sendo eleita e assumindo a posição de primeira titular no conselho da temática, cargo que ocupa até o momento.

Da mesma forma que Elisa, Ana Lúcia procurou o OP como meio de regularizar a área onde passou a viver com a família. Após a descoberta de que a comunidade ocupava uma área irregular, e por influência de uma vizinha que militava para o PDT, Ana Lúcia ajudou a fundar uma associação de moradores na vila onde passou a residir, tendo, inicialmente, ocupado o cargo de tesoureira. A fundação da associação de moradores coincidiu com o início do OP em Porto Alegre, no início da década de noventa. A curiosidade fez com que Ana Lúcia procurasse mais informações do processo. Como destaca: *eu sou metida...muito metida, eu tinha que estar junto na chapa* [para a composição dos dirigentes da associação de moradores].

Ana Lúcia separou-se do marido e como Marisa, precisou duplicar sua jornada de trabalho para sustentar as duas filhas. Além do trabalho como doméstica, fazia limpeza de

prédios, e procurava conciliar estas atividades com as reuniões do OP. De delegada, em pouco tempo já estava no Conselho

Em seis meses eu saí de delegada pra conselheira, foi tudo muito rápido. E aí eu comecei a conhecer, eu me lembro que foi uma emoção pra mim entrar na prefeitura pela primeira vez como conselheira, subir a escadaria e sentar naquela mesa maravilhosa, aquilo ali me marcou, porque o prefeito sentava ali, sabe? A gente ver o prefeito sentado com a gente na mesa...

Nesta fala, Ana Lúcia destaca a importância do que ser conselheiro do OP representava para ela no momento em que ascendeu ao posto, pois através disso, como destaca, teve a oportunidade de adentrar nos espaços da prefeitura municipal e pôde sentar juntamente com o prefeito, a autoridade máxima em questão

Ana Lúcia acabou sendo eleita conselheira titular da Região Centro, região da qual pertencia a vila onde passou a morar com a família, após ajudar na luta pela regularização fundiária de outra comunidade, vizinha à sua, que culminou na construção de um condomínio habitacional, aliás, um dos primeiros construídos pelo OP em Porto Alegre. Ana Lúcia participou ativamente da luta e acompanhou o longo processo até a construção do condomínio popular para a chamada vila Planetário²². Esta mobilização serviu como exemplo que levou até sua comunidade, como incentivo para participação no OP, pois segundo relatou, precisava mostrar para sua comunidade que o processo tinha fundamento, mostrar algo concreto para que eles se mobilizassem também.

Após se filiar no Partido dos Trabalhadores (PT), Ana Lúcia trabalhou como assessora comunitária de um vereador do mesmo partido. Ana Lúcia ainda permanece envolvida com a luta pela moradia na cidade, e atualmente, além trabalhar como assessora parlamentar de um deputado estadual do PT preside o COMATHAB (Conselho Municipal de Acesso a Terra e Habitação).

Beatriz chegou ao OP pela insatisfação com a situação da comunidade que passou a pertencer. Ao procurar diretamente o prefeito, este lhe aconselhou a participar das reuniões de sua região do recém instituído Orçamento Participativo. Beatriz passou a frequentar as reuniões do OP, mesmo sem conhecer seu “funcionamento”. Nestas reuniões, observou que

²² O Jardim Planetário (antiga vila Planetário) constitui a primeira obra de habitação popular realizada pelo OP em Porto Alegre e está localizado em um bairro de classe média, próximo ao centro da cidade. O termo “Planetário” é sugestivo de sua localização – próximo ao observatório astronômico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

todos levantavam o braço, como inscrição à fala ao microfone. E foi isso que fez. Recorda de sua primeira exposição, quando reclamou do esgoto que “passava” na frente de sua casa. No entanto, sua fala foi interpelada por uma vereadora que compunha a mesa dos conselheiros, questionando onde estava sua comunidade, pois a “demanda” deveria ser de todos, não apenas de uma pessoa. Como Marisa, Beatriz relatou não entender como “funcionava a reunião”, que não entendia nada do processo, pois era a primeira vez que participava, mas seu intuito era aprender sobre o processo.

Após tentar organizar um grupo de pessoas para acompanhá-la nas reuniões do OP, Beatriz acabou reunindo apenas quinze pessoas, ainda não sendo considerado um número satisfatório para votação de “demandas”, pois o número deveria ser ainda maior, conforme lhe foi indicado. Conseguiu organizar um grupo de cinquenta pessoas, mesmo não sendo representante da associação comunitária, uma vez que esta não havia sido fundada ainda. Percorreu as casas da vila e acabou reunindo um grupo extenso de pessoas, explicando a importância da presença de cada morador, pois os benefícios, as melhorias, seriam de todos. Da mesma forma que Marisa, Beatriz relatou que muitas lideranças surpreenderam-se com a sua capacidade de mobilização, inclusive ela mesma:

Eles [outras lideranças da comunidade] levaram um susto quando eles viram que eu sabia me organizar...Eu nem sei como eu tirei isso de me organizar...Aí eu batia de casa em casa: olha, a gente vai trazer o asfalto. Eles foram lá. Botei toda aquela gentarada lá. Naquele ano mesmo eu fui convidada pra ser conselheira do OP...

A partir deste fato, Beatriz acabou fundando a associação de moradores, foi indicada pelas lideranças locais e pela própria comunidade à concorrência ao conselho do OP, sendo, então, eleita conselheira de sua região.

Beatriz ainda atuou no Conselho da Temática da Cultura e, atualmente, faz parte da coordenação do Conselho de Saúde Local, é delegada da Temática de Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana, delegada de sua região e presidente da associação de moradores.

Para Rosane, o envolvimento com a política iniciou após perceber a desunião dos moradores. As pessoas não faziam nada para melhorar o local onde residiam, ou se faziam, não prosseguiram os projetos de melhorias para a comunidade. Como para Beatriz, outro fator decisivo foi o descontentamento com a situação em que se encontrava a rua onde morava com a família: sempre que chovia, a água invadia o pátio das casas, a tal ponto que a situação

tornou-se insuportável. O incentivo a buscar soluções para os problemas que a comunidade apresentava, proveio da diretora da escola onde estuda seus filhos. Segundo ela, a diretora observava sua atuação na comunidade, na escola, e percebia que era uma pessoa “esforçada”. Rosane passou, então, a atuar como presidente do Conselho de Pais e Mestres (CPM) da escola, e sua candidatura ocorreu em função de não haver candidatos ao conselho. No entanto, e mesmo após ter se tornado presidente do CPM, Rosane resistiu a participar das reuniões do OP. Para ela, tudo que envolvia OP estava relacionado com política, e a política estava associada à corrupção, a roubo. A diretora da escola acabou exercendo influência e convencendo Rosane a participar.

Rosane rememora o tempo em que permanecia, durante as reuniões do OP, “quieta num canto”, quando apenas observava o que ocorria, pois seu intuito era aprender o *funcionamento da política*. O convite para concorrer ao conselho do OP como representante dos delegados de sua região, partiu de um conselheiro, que percebeu sua *desenvoltura*, e sua presença em diversas reuniões. Rosane frequentava estas reuniões porque, segundo ela, queria aprender para saber onde “estava pisando”, para poder “fazer a coisa direito”. Após adquirir as informações necessárias, Rosane começou a mobilizar sua comunidade para que participasse das reuniões do Fórum de Conselheiros e Delegados do Orçamento Participativo (FROP) de sua região. O trabalho comunitário iniciou quando Rosane decidiu ajudar algumas famílias da comunidade a qual pertencia, antes de começar a frequentar as reuniões do FROP e se tornar conselheira do OP. Percorria mercados, farmácias, em busca de doações para os mais necessitados da vila.

A incursão no OP não foi uma tarefa fácil, em função dos gastos com transportes, necessários para sua locomoção até centro da cidade. Mas isto não a fez desistir. Rosane se lembra dos momentos em que, sem alternativa, precisou ir a pé de sua casa, localizada na região leste, até a região central da cidade, onde se realizam as reuniões do Conselho do OP, destacando que a atividade de conselheiro não é remunerada. O salário do marido acabou servindo para cobrir as despesas com transporte até passar a receber carona de seus amigos conselheiros. Rosane destaca que o esforço empreendido foi no sentido de aprender sobre o conselho e sobre o funcionamento do OP, pois como conselheira *precisava estar no centro da cidade*, ou seja, frequentar as reuniões do COP.

Atualmente, Rosane não atua mais no COP, mas participa das reuniões de sua região como delegada, pois destaca que a renovação no quadro de conselheiros é necessária. Mesmo após sua saída do COP, Rosa diz ser *eternamente conselheira*, pois todos ainda a reconhecem como tal.

O envolvimento com as comunidades vizinhas à sua, e a preocupação *com os mais necessitados*, levou Rosane a buscar auxílio do programa Fome Zero. A eleição à executiva municipal do programa, rendeu a Rosa o posto de coordenadora executiva do Fome Zero da capital, atividade que exerce atualmente.

Para Tânia, o engajamento na política comunitária adveio da época que era estudante em Alegrete:

Eu já venho com isso dos meus bancos escolares, tu já vem com aquela coisa, eu sempre participei, sempre fiz parte de grêmios estudantis e sempre assim com aquela coisa de liderança.

Ela conheceu o OP quando morava no bairro Glória, onde participou como delegada, tendo conquistado, inclusive, asfalto pra a rua em que morava na época. A queda de barreiras em sua casa após uma enchente levou Tânia a mudar-se para o local onde reside atualmente, que abrange a Região Nordeste do OP²³. Segundo relatou, foi uma das primeiras moradoras da região, na comunidade conhecida como Timbaúva. Assim como Rosane, Tânia destacou que foi uma das primeiras moradoras da localidade, numa época em que esta era composta “apenas por mato”, uma *gleba*²⁴ *de terra*, em suas palavras. Tânia participou da constituição do bairro, ajudou a trazer posto de saúde, creches, asfalto, etc.

Atualmente, além de conselheira do OP e vice-presidente da associação de moradores da comunidade, Tânia atua como representante nacional dos idosos. Diz ser (e representar) tantas coisas que as vezes esquece.

3.3 As conquistas da participação:

²³ A Região Nordeste do OP abrange o bairro Mário Quintana, onde se situam as vilas Chácara da Fumaça, Safira, Wenceslau Fontoura, Timbaúva e Passo Dorneles. O bairro Mário Quintana (da mesma forma que o bairro Restinga) localiza-se numa região afastada do centro da cidade. Na ocasião em que fomos entrevistar Tânia (eu e minha colega Francielli), além do nosso espanto pela demora da chegada (partimos do centro), precisamos utilizar outro ônibus, cuja passagem é gratuita, para chegarmos próximo a casa dela.

²⁴ Gleba: área de terra não urbanizada. Fonte: dicionário Aurélio.

Através do OP, Marisa teve a oportunidade de conhecer a Alemanha, onde foi escolhida para palestrar sobre o processo, também foi a mais votada para representar o OP no seminário “Orçamento Público e gestão do Estado”, realizado em São Luis do Maranhão. Nesta ocasião, relatou que foi a palestrante mais aplaudida, e relembra de um fato que a marcou: *tinha uma menina do “OP Criança” que disse assim: um dia eu quero ser igual a ti... Essas coisas não tem preço (...) o OP me dá muita alegria por isso, porque eu **pude transformar as pessoas, e eu me transformei também.***

Segundo ela,

O OP foi a coisa mais importante que aconteceu na minha vida, mas não um lugar onde se vai só demandar obras. Sei que a obra física é importante, mas a **melhor obra do OP** pra mim é o que **ele faz com a pessoa** (...) as pessoas passam a se **sentir importantes.**

Teresa relatou que o trabalho comunitário que realiza e a participação no OP aconteceu pela *vontade de querer ajudar as pessoas... Tem pessoas que não tem noção, que tem medo, não sabem onde ir, onde procurar, então eu acho que **aquilo ali me fez bem...e eu acho que se eu parar eu morro, sabe?*** Com a participação no OP, Teresa estendeu sua atuação a outros movimentos. Juntamente com Marisa, Teresa participa da Federação de Mulheres Gaúchas, fez o curso de Promotoras Legais Populares (PLPs) promovido por uma organização não governamental que milita pelos direitos das mulheres, e está engajada no movimento de combate à violência contra as mulheres através da lei Maria da Penha. Teresa também é sócia fundadora de uma associação para familiares de apenados.

Também através do OP, Elisa viajou à Guatemala, representando o Brasil e a Restinga num evento do observaPOA, onde atua como representante do COP. Sobre o OP, ela destaca

É uma faculdade... É através dele que a gente aprende o altruísmo, aprende a se defender, até mesmo a atacar, se preciso for, porque os conselheiros às vezes se atacam entre si... Eu aprendi a me defender (...) e o OP não é Orçamento demandativo, que tu demanda e vai pra tua casa, ele é participativo.

Da mesma forma que Marisa, Ana Lúcia destaca que a melhor ferramenta do OP é este poder servir como espaço onde as pessoas podem falar e ser escutadas.

não sei se por concepção, da minha personalidade, pela minha criação, eu nunca fui alguém que fosse muito interessada por dinheiro, e somente aquela **satisfação** desse processo de **participação me fazia feliz**, eu era feliz de poder tá colocando o que eu pensava, e ajudando outras pessoas.

O OP também possibilitou à Beatriz a realização de suas expectativas subjetivas. A obra representava a concretização dos seus anseios:

Quando tu conhece assim [o processo], tu começa a te apaixonar, eu acho, sabe, porque tu fica pensando: “poxa, mas eu posso fazer essa rua aí... se eu me organizar eu posso... Eu **me sinto** assim, **realizada** com isso. Olha o dia que as máquinas [para o início da obra] chegaram aqui me deu uma emoção, que eu vinha chegando do serviço e nem acreditei...porque, tu sabe que eu esperei dez anos, né, pela obra. E todo mundo já dizia assim: “ah, tu mentiu que ia vim o asfalto...” tu não disse que ia vim asfalto? Tu é mentirosa, tu é isso, tu é aquilo...” Bom, aí o dia que vieram as máquinas, me deu uma emoção assim... Só eu sei aquela emoção que eu tive (...) eu dizia: “puxa, **lutei** tanto por isso, **não vi as minhas filhas crescerem...**” Se tu me perguntar de novela, eu não sabia nada, nunca vi novela, era só reunião, reunião, reunião... Sabe, uma atrás da outra. E aí, tu ver ali os caras fazendo a obra né, tudo, aí a gente fica pensando “poxa, lutei e tá aqui realizando...”.

Beatriz percebeu que era capaz de realizar transformações no espaço e obter melhorias para a comunidade, e foi isto que a impulsionou à ação, à luta, como ela destaca. Através da conquista de uma demanda, ela pôde se afirmar como liderança comunitária e, além disso, ela se sentiu *realizada*.

Tânia destaca que o conselheiro precisa ter amor pelo que faz, pois realizam um trabalho gratuito e muitas vezes são incompreendidos. Da mesma forma que Beatriz, que relatou não ter acompanhado o crescimento das filhas e não assistia novelas, Tânia destaca que há um abandono de muitos setores da vida pessoal em prol da atividade de conselheiro. No entanto, há uma compensação.

Muitas vezes tu **deixa de atender a tua família**, em momentos estratégicos da tua vida, tu **bota amizades fora** porque tu não tem tempo, **tu vive e respira o Orçamento** [Participativo], então, é difícil...quantas pessoas estão aí com a sua vida as vezes por um fio, porque nem todos entendem. (...) Mas o OP me trouxe um conhecimento infundável, um amadurecimento, porque tu amadurece a tua cabeça porque tu vê tanta coisa que tu jamais esperou ver e acompanhar, e isso o Orçamento [participativo] te dá. Eu **me sinto uma mulher realizada**.

Como conselheira do OP Tânia destacou que já teve, inclusive, a oportunidade de almoçar com o Presidente da República, numa visita desse à capital para uma confraternização organizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), onde somente entravam conselheiros credenciados. Por este motivo ela relata que não se sente *inferior por ser negra*. Além disso, Tânia recebeu diversos prêmios da prefeitura municipal: medalha do município de Porto Alegre e o título de cidadã porto-alegrense. Segundo ela, *essas coisas são orgulho pra gente*,

porque os outros não recebem! Eu recebo! Mas eu não peço, eu não vou lá dizer pra eles: me mandem...Eles me dão.

Almoçar com o Presidente da República, receber o título de cidadã porto-alegrense (*pelos relevantes serviços prestados ao município*, conforme citação do certificado), são eventos que mostram o *status* adquirido por Tânia no campo político, e foram inclusive acionados por ela como forma de destacar que não se sentia *inferior por ser negra*, pois ela teve oportunidades e recebeu o que os outros não receberam através de um reconhecimento e isto é motivo de orgulho para ela mesma – ela se sente importante.

Um ponto interessante de se analisar nos relatos apresentados diz respeito à transformação subjetiva e o fortalecimento pessoal operado pelo engajamento político na vida dessas mulheres. A realização pessoal vai muito além das obras conquistadas. Estas mulheres passaram a se sentir “importantes” e “realizadas”, termos estes que foram constantes em muitos relatos. Elas são lideranças exitosas na busca por seus projetos coletivos e também em seus projetos pessoais, gerados através da participação. Neste sentido, trata-se de mulheres que têm muita *agência*, no sentido de que elas empreenderam mudanças nas suas comunidades e em si próprias.

4 A “MATRIARCA DO OP”

Dentre todas as conselheiras e ex-conselheiras do OP que terão suas histórias apresentadas neste trabalho, dona Nelci merece um capítulo à parte. Como já salientei na introdução, dona Nelci representa um caso emblemático na história do OP porto-alegrense, sendo reconhecida, inclusive pelos representantes do governo municipal, como a “matriarca do OP”. E por este motivo, ela representa um caso exemplar de *agência*. Apesar de reunir estigmas – é negra, mulher, idosa, viúva, com baixa escolaridade e pertencente às camadas de baixa renda da cidade –, dona Nelci é respeitada pelos agentes do governo e por todos os participante do processo, sobretudo os que acompanham como ela o OP desde sua instituição na cidade, há vinte anos. Dona Nelci é uma liderança proeminente no OP um caso paradigmático de conjugação de diferentes modalidades de *agência*, entendendo-se por isto, a capacidade percorrer e atuar em diferentes espaços.

Dona Nelci foi a principal liderança²⁵ de sua comunidade, a chamada vila Zero Hora²⁶, na luta para construção da tão sonhada obra de habitação. O condomínio Princesa Isabel é a materialização dos anseios da comunidade e, sobretudo, de sua idealizadora. Dona Nelci obteve juntamente com sua comunidade uma dupla conquista no OP: a construção de um condomínio popular localizado na região central da cidade, contrariando a proposta de higienização dos centros urbanos que reservou às classes populares, na composição do espaço, os locais que os afastassem da visão moderna e empreendedora das classes médias. Os moradores do Condomínio Princesa Isabel não estão escondidos nestes espaços, eles residem num condomínio construído no entremeio de algumas das principais avenidas da cidade e coabitam o mesmo bairro das classes médias. O projeto habitacional contrariou, inclusive, um abaixo-assinado efetuado pelos moradores dos arredores e que fora encaminhado à prefeitura municipal para que a construção não fosse realizada no local pretendido pela comunidade e que houvesse a remoção desta para outros espaços da cidade.

Conheci dona Nelci ao frequentar as reuniões do FROP da Região Centro, mas pude observar sua performance em outros eventos, incluindo-se duas assembleias da Região

²⁵ É importante salientar que Teresa participou, juntamente com dona Nelci, das mobilizações do Condomínio Princesa Isabel, uma vez que elas fazem parte da mesma comunidade.

²⁶ Quanto a isto, ver nota “Vila Cabo Rocha” no capítulo três.

Centro, e duas cerimônias de posse dos Conselheiros do OP, em que fora convidada para fazer “uso da palavra”²⁷ mesmo não estando mais na condição de conselheira.

No auge de seus noventa anos, a idade já não permite certos exageros na fala, nem certas expressões corporais, mas dona Nelci utiliza outros meios de chamar a atenção para si, e sua performance se constitui através dessas estratégias. No momento em que ela inicia seu discurso, todos param para ouvi-la e o tempo de sua exposição ao microfone não é cronometrado. Somente à dona Nelci é permitido falar o que quiser, como quiser e o tempo que achar conveniente, como confirma um episódio que presenciei durante uma das reuniões do FROP da Região Centro. Outra liderança de destaque no OP e na Região, quando interpelado por uma participante que notadamente desconhecia dona Nelci, sobre os motivos que levavam os conselheiros a permitir que ela ultrapassasse os três minutos estipulados para exposição ao microfone. Ao que ele responde: *porque ela é a dona Nelci. Ela pode.* E ponto. Não houve objeções, pois a essa altura já não se pergunta quem é dona Nelci. Ou quando o representante do governo, que se encontrava na mesa principal em uma das reuniões do FROP Centro, citou dona Nelci ao se referir ao relacionamento da administração municipal com o OP. Nesta ocasião ela não estava presente, mas, segundo o representante do governo destacou, entre risos, acompanhados dos demais participantes do Fórum, dona Nelci é a “*única que pode chamar o prefeito de guri. A única. E mais ninguém!*” Somente a ela é conferida a autoridade e a distinção de se referir ao prefeito de uma forma pessoalizada e, além disso, em público, o que demonstra que dona Nelci possui *um status* diferenciado e privilegiado no OP.

Dona Nelci também possui uma performance muito peculiar que deixa atônitos os representantes do governo, pois por mais agressivas que possam ser as manifestações dirigidas à eles ao microfone, nenhuma interpelação ou acusação feitas nas reuniões e assembleias que observei foi capaz de deixá-los tão constrangidos como as de dona Nelci. Mas, se os políticos notadamente constrangem-se, o mesmo não ocorre com o público das comunidades participantes, que se sentem plenamente contemplados com suas investidas, sendo notável a euforia explicitada a cada palavra sua ao microfone.

4.1 Uma performance peculiar

²⁷ A expressão é comumente usada pelos apresentadores nas formalidades do OP.

As assembleias da Região Centro são realizadas no principal auditório da Assembleia Legislativa do Estado, cedido à prefeitura municipal especialmente para realização desses eventos. Como já destaquei no capítulo dois, o público das Assembleias supera, em termos numéricos, o público das reuniões dos Fóruns temáticos e regionais, e é neste momento que o líder comunitário explicitará sua capacidade de mobilização, reunindo o maior número possível de pessoas de sua comunidade (e de outras comunidades também, caso tenha constituído alianças).

Nas duas Assembleias da Região Centro que acompanhei o auditório estava lotado²⁸, o que era de se esperar pelos ônibus de excursão estacionados nos arredores e pelo congestionamento no saguão de entrada, onde se encontravam os funcionários da prefeitura para cadastramento dos participantes e entrega das cédulas de votação para escolha dos conselheiros bem como das prioridades da região²⁹.

O local teve toda sua estrutura mobilizada para a realização da assembleia, o que de certa forma denota a importância e a grandeza do evento para os participantes: afinal, eles estavam no interior da Assembleia Legislativa e provavelmente jamais teriam adentrado neste espaço em outros eventos que não os do OP.

Auditório lotado, público extasiado. É neste cenário, pois, que se desenrola a atuação de dona Nelci. A certa altura, ela se dirige com certa dificuldade até a cadeira que lhe fora cedida, estrategicamente disposta ao lado da mesa principal, onde se encontram o prefeito, quase todos os seus secretários, e os conselheiros titulares da região. Antes de iniciar, olha primeiramente para o microfone, a fim de descobrir se ele está ligado de fato e dirige-se à platéia: *Boa noiteee!* Todos respondem imediatamente e em coro, entre algumas risadas. Diante da resposta efusiva da platéia, ela diz em tom irônico: *ai, que lindo!* As gargalhas neste momento são generalizadas. Volta-se, então, à mesa e diz: *Bom, eu quero agradecer a todas as comunidades da Região Centro, ao conselheiro Juliano e ao conselheiro Jorge, que fizeram um bom trabalho. Eu estou aqui representando a vila sossego, então eu tenho muito a pedir ao DEP, ao DMAE, que eu quero tudo ali... é uma comunidade que eles tem o direito de*

²⁸ As assembleias da região Centro reúnem, aproximadamente, cerca de 800 participantes.

²⁹ As prioridades regionais e temáticas constituem-se em temas escolhidos numa ordem hierarquizada. Segundo consta no Regimento Interno, os temas estabelecidos são: Saneamento Básico-Drenagem e Dragagem; Saneamento Básico – Água e Esgoto Cloacal; Habitação; Pavimentação; Circulação e Transporte; Saúde; Assistência Social; Educação; Áreas de lazer; Esporte e Lazer; Iluminação pública; Desenvolvimento Econômico; Cultura; Saneamento Ambiental; Acessibilidade e Mobilidade Urbana; Juventude e Turismo. Dentre estes, cada região e temática deve escolher quatro, por ordem de importância.

viver com dignidade! Porque são gentes trabalhadoras (sic). Eu estou morando bem, mas a Sossego não... A distração do prefeito, que permanece fazendo anotações, é logo interrompida: *Seu José³⁰! Presta bem atenção aqui!* Ele atende de imediato e as gargalhadas tornam-se mais intensas. *Tu fez uma mexida maravilhosa.* O prefeito, com expressão de desconfiança, parecia esperar que algo viria após o elogio. Ela prossegue: *Eu tenho tanta coisa pra perguntar...quero agradecer o cd que a Isabela (esposa do prefeito) me mandou...eu tenho tanta coisa pra perguntar...Eu não conheço o cara da FASC,* se referindo ao secretário municipal da Fundação de Assistência Social e Cidadania. O secretário, sentado ao lado de um dos conselheiros da região, acena, então, como forma de apresentação. Ela não se contenta e ordena: *te levanta aí que eu quero te ver.* A expressão de constrangimento do secretário é nítida, mas ele atende. Os assovios e gargalhadas tomam conta do espaço e todos aplaudem, não a atitude do secretário, mas a investida ousada de dona Nelci. Esta, não se importando com o constrangimento daquele, diz: *ah, agora me lembro de ti...tu tava na reunião da João Alfredo...hum...é que a idade ta chegando,* ela mesma ri e espera que os outros façam o mesmo, o que ocorre a essa altura de forma espontânea. Dona Nelci prossegue: *A minha data, pra vocês saber, é dezenove do nove, de dezenove (19/09/1919).* Neste momento, ela percebe que o prefeito volta a fazer anotações. *Seu José! Chama ele aí,* diz para a secretária que está sentada ao lado dele. Ela o chama. *Escuta aqui ó!* Ele faz gestos de que não estava ouvindo, tão altas e incessantes as gargalhadas despertadas por dona Nelci, que rebate: *ah? tá surdo, é? Antigamente nós recebíamos um livrinho e uma caneta, por que não veio caneta agora?* O prefeito tenta disfarçar o constrangimento público ri e baixa a cabeça. *É que é uma confusão essas cedulazinhas...* O prefeito, neste momento, levanta, tira uma caneta do bolso, dirige-se em direção dona Nelci e lhe entrega ao que ela retribui: *ai, que amor!* Mas dona Nelci não encerra seu espetáculo com a atitude do prefeito, olha para caneta com certo tom displicente e diz: *não tinha uma preta?* A face completamente ruborizada de todos os presentes à mesa é notória, ainda embaraçados pela ousadia de dona Nelci. O secretário que coordena a mesa, na tentativa de manter a ordem nas inscrições para manifestações ao microfone, dirige-se à velha senhora e diz: *para concluir, dona Nelci.* Ela não se importa com a interferência: *pára, pára, Ricardo!* Dona Nelci, então, se despede, agradece a todos e o desfecho de sua performance não poderia ser diferente: ela ergue as mãos ao alto e chama todas as comunidades da região que lhe deram suporte, pois naquele

³⁰ Refere-se ao prefeito José Fogaça.

momento dona Nelci não representava somente a comunidade do condomínio Princesa Isabel, nem a vila Sossego, escolhida para ter seu apoio, mas os grupos populares da cidade como um todo, que exaltaram-se com as investidas de dona Nelci, que chamou os secretários, bem como o prefeito, pelo nome apenas, exigindo atenção e fazendo com que eles atendessem as suas ordens. Ao final, o coordenador da mesa agradece: *obrigado dona Nelci, sempre é uma honra lhe ouvir.*

Ao chamar os políticos pelo nome, retirando o pronome *senhor* que lhes conferem certa distinção, e ao se dirigir a eles sem mencionar os cargos que ocupam na administração municipal, dona Nelci procura aproximá-los de sua condição e mostrar que os vínculos estabelecidas entre ela e os agentes do governo são baseados numa relação de pessoalidade. Trata-se de uma demonstração de prestígio perante o público participante do OP, pois se ela conhece o prefeito e seus secretários a ponto de chamá-los pelo nome, então ela é uma pessoa importante. Não há necessidade de informalidades no discurso se a relação estabelecida entre ela e os políticos é baseada na amizade. Dona Nelci poderia ter agradecido ao prefeito, no término da assembléia, pelo *cd que a Isabela* (primeira-dama do município) lhe enviou, mas o fez em público para mostrar que faz parte da rede de relações pessoais do prefeito e de sua esposa, a tal ponto que o cd foi enviado diretamente para sua casa.

No caso de dona Nelci, também não há necessidade da utilização de um léxico específico, próprio aos liames da burocracia, da democracia, da participação cidadã e, num espectro ampliado, da cultura letrada, como destaca Damo (2006), embora este faça parte de um dos diversos capitais que um líder comunitário necessita para ascender ao COP e para ser respeitado no OP. Ela adquiriu prestígio no processo utilizando recursos discursivos que não condizem com o que se espera de um conselheiro ou delegado quando se dirige aos agentes do governo. Ela se sente autorizada a fazer isto porque adquiriu prestígio no OP através da construção do Condomínio Princesa Isabel.

Em outra Assembléia da Região Centro, realizada no ano anterior à que foi descrita acima, dona Nelci, da mesma forma, foi convidada pelo prefeito e por alguns secretários presentes a fazer parte da mesa. Foi aplaudida já no primeiro instante em que pegou o microfone e tomou a palavra: *“Atenção, vou falar”*. Nem precisava pedir a atenção do público que lotou o auditório da Assembléia Legislativa. O silêncio tomou conta do espaço, e aos poucos as risadas espalharam-se, seguida do constrangimento explícito de alguns

secretários, mesmo dos que já a conheciam de longa data, quando dona Nelci decidiu avaliar o desempenho dos mesmos em suas respectivas secretarias, sem justificar as notas atribuídas

Oooooooooooooiiiiii!! [a resposta foi instantânea]. Boa noite a todos! Eu não sei como agradecer a vocês todos das regiões, eu sei que eu vou ser muito franca. (...) Eu vou falar uma coisa bem sincera pra vocês. Eu to largando o OP porque eu to muito cansada. Eu tenho que cuidar da saúde. Eu não vou mais prosseguir. A Região Centro é uma grande comunidade. A gente não pode lutar por uma e duas toda a vida. Porque todos têm a sua chance, então como o Princesa Isabel já conquistou, eu falei em plena comunidade da Integração dos Anjos que eu ia cuidar a Vila Sossego. Graças ao bom Deus, a Sossego foi contemplada com areia. Então, eu sei que sou criticada por outras comunidades, mas as outras comunidades têm mais força que a Sossego, a Sossego não tem força. Eu sei que sou muito criticada, mas eu gosto de trabalhar *pela* comunidade, a comunidade mais pobre que necessita. Eu digo assim: eu não vou votar em chapa nenhuma, porque eu trabalhei muito pelo pessoal da Sossego, ela ta precisando. (...) **Bom, agora vamo começar** [risos]. **O DEMHAB, nota 10**, todos aplaudem e o secretário sorri, com expressão de alívio; **DMAE 9** [aplausos]; **Governança Local, 100!** [aplausos e algumas vaias]; **o nosso prefeito Sr. José, muito querido dessa velha aqui, nota 100!** [aplausos efusivos e assovios] **ô Zé! Tu tá me ouvindo aqui? Eu quero tua atenção!** O prefeito atende a solicitação; **COP, nota 10** [aplausos]; **DMLU, 5!** o diretor do departamento notadamente embaraçado, baixa a cabeça; **a FASC, a FASC! Ahh, agora te peguei Brizabel!** [ex-secretária da Fundação de Assistência Social e Cidadania] **Ah, é o Mauro?** [secretário adjunto; as gargalhadas neste momento são ensurdecedoras] (...) **Então é isso aí, oh. Boa sorte, boa votação, eu to me arretirando (sic).**

Interessante de destacar nesta fala de dona Nelci é o fato de ela informar que estava *largando o OP* e que não iria mais prosseguir, porque precisava cuidar de sua saúde. No entanto, na assembléia realizada no ano de 2009, lá estava ela novamente, com uma performance merecedora de inversão da ordem cronológica dos acontecimentos (pois descrevi primeiramente sua atuação na assembléia realizada este ano). Dona Nelci sabe que nas assembleias da Região Centro ela é a personagem principal. Outro ponto interessante nesta fala, e que parece depor contra o que destaquei mais acima, diz respeito ao fato de ela se referir ao prefeito como “*prefeito Sr. José*”. No entanto, esta fala não pode ser retirada de seu contexto, pois ali dona Nelci estava avaliando o desempenho das secretarias e quis conferir seriedade ao fato. Mas, o termo “*senhor prefeito*” logo veio acompanhado de “José” e sua abreviação “Zé”, bem como de uma solicitação (ousada) de atenção.

Em outra etnografia³¹, a performance de dona Nelci na assembleia da Região Centro do ano de 2002 apresentava outra nuance. Ainda que suas investidas contra os agentes do

³¹ DAMO, Arlei Sander. A peça orçamentária – os sentidos de participação na política a partir do OP porto-alegrense, 2006.

governo fossem ousadas, elas adquiriam outros contornos. Ela queria mostrar que os moradores de sua comunidade eram *gentes* (sic) e *não bichos*, e que eles tinham direito de viver com *dignidade*. Nesta época ela ainda estava buscando a construção do condomínio e seu discurso centrava-se no drama vivenciado pela Vila Zero Hora, nas necessidades e dificuldades enfrentadas por seus moradores. Quando iniciei observação participante no FROP Centro, em 2007, dona Nelci já era uma liderança consolidada, pois o condomínio já havia sido construído³². Com esta conquista, dona Nelci passou a ser um exemplo de uma liderança “bem sucedida”, um modelo a ser seguido pelos demais participantes através da luta e *agência* empreendidas para a concretização de seus projetos.

4.2 A líder proeminente

Dona Nelci sabe do reconhecimento e respeito adquiridos ao longo de sua trajetória no OP e de sua importância como ícone vivo do processo. Não foi a toa que muitas vezes e insistentemente eu procurava por ela a fim de entrevistá-la, sem retorno, sem respostas. Não raras foram as vezes em que escutava: *ah, minha filha, eu ando muito ocupada, essa semana não vai dar... tá cheia pra mim*. Não foi fácil administrar a frustração e inserir as recusas de dona Nelci como parte importante de sua análise como figura emblemática do OP. Neste sentido, as dificuldades da pesquisa revelaram algo que precisava ser considerado. Ao burlar as minhas tentativas, ela mostrava o quanto tinha prestígio no OP, a ponto de escolher a quem, e se desejaria ou não, conceder uma entrevista. Ela precisava me conceder um espaço na rotina agitada pelos compromissos políticos, seja na prefeitura, nas secretarias, ou em outros órgãos municipais, pois não foi (e não é) tão somente no OP que dona Nelci constitui seu *status*. Dona Nelci, bem como os demais idosos de grupos populares, não corresponde ao ideário de envelhecimento das classes médias e altas. Engana-se quem imagina que uma senhora com noventa anos de idade, com diversas privações de ordem física, saia poucas vezes de casa. O campo de atuação de dona Nelci é muito vasto e as movimentações pelas

³² Para se ter um parâmetro acerca da conquista de Dona Nelci, o menor valor de um apartamento de dois dormitórios no bairro Azenha, disponível no mercado em dezembro de 2009, está cotado em 100 mil reais. Considerando-se que o Condomínio Princesa Isabel possui 230 apartamentos de dois quartos, o valor monetário do empenho de Dona Nelci poderia ser estimado em aproximadamente 23 milhões de reais. O valor do apartamento de referência foi localizado pelo buscador Hagah, mas vale lembrar que os imóveis do referido condomínio ainda não são passíveis de comercialização legal. Informações sobre os imóveis disponíveis em: http://classificados.clicrbs.com.br/imoveis/frmDetalhe.aspx?SKU=1032221,2§ion=imoveis_venda&link=busca&from=http. Acesso em 15/12/2009. O levantamento destes dados contou com a colaboração do meu orientador.

entranhas burocráticas exige que ela esteja ausente de casa a maior parte do tempo. Em todos os momentos em que eu manifestava o interesse em entrevistá-la, ela ressaltava o quanto era uma pessoa ocupada e requisitada pelo governo, tamanha sua importância.

Após muitas tentativas fracassadas, dona Nelci me recebeu em seu apartamento no condomínio Princesa Isabel, não sem antes mostrar que eu fora escolhida para tal, quando salientou no dia anterior ao nosso encontro no FROP centro: *eu encontrei com uma guria lá na prefeitura que disse: dona Nelci, eu quero entrevistar a senhora. Eu disse: não! Já tenho outra menina pra dar entrevista*, se referindo a mim.

Da frustração, surgiu a expectativa, e o diário de campo do encontro, que transcrevo a seguir:

Cheguei em frente ao condomínio Princesa Isabel perto das três horas da tarde. Conforme combinado com dona Nelci na noite anterior, quando a encontrei na reunião do FROP Centro e perguntei o horário que poderíamos nos encontrar. No dia marcado, segundo sua orientação, eu deveria pedir para uma senhora chamada Neida, proprietária de uma lanchonete no térreo do condomínio, para que abrisse o portão de acesso ao bloco dez, onde está seu apartamento. Ela disse que seria fácil de encontrar a lanchonete, que tinha “cadeirinhas na frente”.

Aproveitei a entrada de um entregador, que teve a porta liberada. Perguntei a algumas pessoas que estavam sentadas ao sol em frente a um dos blocos se elas sabiam o número do apartamento de dona Nelci, uma senhora disse: *ah, não é aqui...não sei o número, mas é pra lá...* indicando o número do bloco. Já em frente ao bloco dez, não sabia o número do apartamento para apertar o interfone. Notei que uma senhora me observava da janela do segundo andar do bloco da frente, então perguntei a ela. Esta me respondeu que era o duzentos e um. Apertei o interfone e não obtive retorno. Decidi tentar novamente, até que um menino parou ao meu lado olhando para cima, esperando por algo que viria da janela do terceiro andar. Um homem jogou um molho de chaves a ele. Apressadamente ele abriu a porta principal do bloco dez, perguntei se poderia entrar junto, que pretendia ir até o apartamento de dona Nelci, ele nada falou, apenas empurrou um pouco mais a porta para que eu pudesse entrar com ele.

Ao subir as escadas, logo me deparei com o apartamento duzentos e um, que tinha um pano com enfeites natalinos cobrindo o vidro que havia na porta. Apertei a campainha, sem resposta. Apertei mais uma vez, um pouco arrependida por não ter insistido no interfone antes de subir. A senhora do bloco em frente continuava a me observar, eu percebia pelos vidros que davam vistas a ele. Fiz um sinal para ela de que não havia ninguém. Ela concordou com a cabeça. Desci e disse: *acho que a dona Nelci não está...* A senhora respondeu: *acho que não mesmo, a janela ali da área de serviço tá*

fechada. Minha expressão de desolação era nítida, naquele momento parecia ter a certeza de que, mais uma vez, dona Nelci não estaria disponível.

Ao me dirigir à saída, a senhora me alertou: *vai pelo lado da Princesa Isabel, só lá que o portão tá aberto*. Decidi ligar para dona Nelci no caminho, mas deparei-me com a lanchonete de Neida, as “cadeirinhas” de plástico na cor azul estavam em frente. Decidi entrar e perguntar por dona Nelci, ao que Neida respondeu: *ué, ela não tá em casa?* Eu expliquei que havia entrado no condomínio, tendo, inclusive apertado a campainha diretamente, sem ao menos ter esperado o interfone. Neida foi até o lado, olhou para cima, perto do terminal de ônibus da Azenha, e confirmou: *é...a janela do quarto dela tá fechada...* Decidi ligar para saber o que havia acontecido. Disse ao telefone: *dona Nelci, estou em frente ao condomínio...* Ela disse, entre risos, mostrando o quanto era requisitada: *ah, minha filha, surgiu um imprevisto...eu tô aqui na prefeitura tirando fotos, eles me chamaram pra tirar fotos. Eu até disse pra guria aqui: tem uma menina que vai me entrevistar hoje, e a guria: será que ela espera? Eu disse pra ela: espera sim!* Eu disse que esperaria, com certeza, e dona Nelci sugeriu que eu esperasse na lanchonete de Neida, que não demoraria muito, estava se dirigindo à parada de ônibus.

Voltei até lá e perguntei à Neida se poderia ficar ali, esperando dona Nelci, que não demoraria, ela respondeu que sim. Sentei-me próximo ao cavalete que anunciava: *servimos à la minuta*, com o preço logo abaixo: seis reais. Havia também uma placa, estrategicamente disposta na grade de proteção da porta: *Pastéis na hora*. A lanchonete de Neida não parecia um lugar onde se compra lanches rápidos, nem um lugar onde se preparavam refeições. Nas prateleiras havia muitas garrafas de cachaça, e nas mesas, alguns copos com resquícios de cerveja. No balcão principal, havia algumas rapaduras e potes com balas. Uma televisão pequena distraía Neida e um senhor que estava sentado próximo a mim, sozinho em uma mesa.

Com dificuldades, ele se levantou, apoiando-se na mesa. Neida foi até o banheiro e buscou um pano para limpar o lugar onde o senhor havia sentado anteriormente, com restos de comida espalhados pelo chão. Notei a bengala ao lado de sua cadeira. Ele ficou alguns minutos parado em frente ao balcão, até que, também com dificuldades para falar, me chamou: *ô guria, dá uma ajudinha aqui...* Eu fui até ele, pedi ajuda para sentar, notei que estava completamente alcoolizado. Neida, observando minha dificuldade para ajudar o senhor a sentar, tentou segurá-lo pelos braços, tendo em vista que, além de alcoolizado, ele tinha problemas em uma das pernas. Minha ajuda e de Neida pouco adiantou. Não conseguíamos sair do lugar e quando finalmente chegamos próximo à uma cadeira, o senhor quase caiu. Já sentado na cadeira, ele me agradeceu e disse sorrindo: *obrigado guria, não dá bola que isso é coisa de bêbado*. Neida o advertiu: *o senhor não pode mais fazer isso! Uma hora o senhor vai cair na rua se continuar bebendo assim! Pode até prejudicar alguém que não tem nada a ver com*

isso! É muito perigoso! Ele riu e agradeceu pela ajuda. Neida disse: *Não adianta o senhor rir! Isso é muito sério!* Eu perguntei se ela o conhecia: *Nunca vi...não sei nem onde mora...ele ta aí desde cedo.*

Ela voltou novamente sua atenção para a televisão, enquanto eu continuava esperando por dona Nelci. Neida reclamou do frio, e enquanto comentávamos sobre a temperatura, ela interrompeu: *Lá vem a dona Nelci.* Fui até seu encontro e ela disse: *tu tava no frio aí, guriazinha? Espera aí que nós já vamos resolver isso.* Dona Nelci sentou em uma das cadeiras e disse à Neida: *te deixei companhia aí, viu?* Referindo-se a mim. Neida sorriu e disse que sim. Dona Nelci pediu um cigarro e um cinzeiro à Neida. Disse para eu esperar um pouco, que já subiríamos. Comentou sobre as fotos que tirou na prefeitura, em comemoração aos vinte anos do Orçamento Participativo, e que aproveitou para ir até a secretaria de Governança Solidária Local para tirar cópias de uns documentos. Após terminar o cigarro, dona Nelci levantou-se e fomos em direção ao portão que dá acesso aos blocos.

Ao entrarmos no condomínio, ela disse: *aquele lado de lá meu deus...é muito perigoso...o lado de lá que ela se referia eram os outros blocos.* Chegamos à porta de seu apartamento, ela abriu e logo pediu para que eu sentasse, que iria fazer um *chazinho bem quente* para nós. Já conhecia outro apartamento do condomínio. Notei que o de dona Nelci era maior. Ela pediu para que eu levantasse, queria mostrar os cômodos.

Começamos pela cozinha e pela área de serviço. Disse que quando a janela está fechada é porque ela não está em casa, confirmando o que a vizinha do bloco da frente havia me informado. Ao abrir a porta do banheiro, ela disse: *a pia e o vaso eu pedi pro DEMHAB trocar, quando eu vim pra cá não era assim,* se referindo ao assento estofado do vaso sanitário. Disse que o piso do apartamento havia sido colocado pelo DEMHAB também. Mostrou o quarto de seu neto, que morava com ela: *ele chega em casa e come na frente do computador...* mostrando o prato sujo perto do monitor. Ao abrir a porta de seu quarto, dona Nelci acendeu a luz e abriu a janela, mostrando a vista para o terminal de ônibus. Disse para eu não reparar na *bagunça da cama.* Ela abriu o guarda-roupas e disse: *olha as minhas coisas do OP.* Das seis portas, duas portas eram reservadas apenas para documentos, Planos de investimentos de anos anteriores, e muitos envelopes.

Voltamos à sala e dona Nelci disse que faria um chá para nós. Ao olhar para estante, notei troféus com o slogan da prefeitura, perguntei se poderia olhar e ela disse que sim. Enquanto olhava os troféus, dona Nelci foi até o quarto voltou com um envelope: *quero te mostrar as fotos, quando eu ganhei tudo isso.* Mostrou os certificados de conselheira do OP, todos com moldura, e os certificados de honra ao mérito e troféu “Amiga do Município de Porto Alegre”. Nas fotos ela aparecia com o prefeito e sua esposa: *Essa aqui é a mulher do José (Fogaça). Aqui eu tava abraçando ela, ela me adora, eu apertei tanto ela nesse dia aqui que ela disse: nós vamos cair, dona Nelci. Ela me deu todos os cds que ela gravou.* Um dos troféus tinha inscrito: “Mulheres em Ação”, conferido à Nelci Seixas. As duas

medalhas de Amiga do Município, uma recebida na administração do Partido dos Trabalhadores (PT) e outra na administração atual, estavam em estojos forrados com veludo preto. Ela pediu para que eu comparasse as duas em relação ao peso. A primeira, datada do ano de 2002, era menor e mais leve; a segunda, do ano de 2006, maior e mais pesada. Ela comentou, entre risos: *Notou a diferença? Eu derrubei essa no dia, olha a foto aqui, isso foi antes de eu derrubar*. Na foto ela aparecia abraçada no prefeito, com o estojo onde estava a medalha e o certificado levantados para o alto.

Enquanto eu olhava as fotos, os certificados e os troféus, dona Nelci foi até a cozinha, abriu um dos armários e pegou a caixa com os sachês de chá. Mostrou-me a caixa e perguntou se eu gostava daquele sabor: chá preto com canela. Disse: *vou colocar umas bolachinhas pra nós...vou esquentar uns salgadinhos que eu comprei ontem também...* Sentamos à mesa, já com o chá, as bolachinhas e os salgadinhos. Enquanto tomávamos o chá, falamos da reunião do FROP, que ocorrera no dia anterior, cuja pauta fora o início da votação das demandas da região. Dona Nelci disse que apoiaria a Vila Sossego, porque ela já tinha conquistado o que queria, que era a o condomínio e a creche. Perguntei sobre a construção do condomínio e ela disse: *ah... foi tudo feito com muito amor, minha filha, a minha luta foi uma luta feita com amor...* Falou do processo, segundo ela, muito demorado, desde a elaboração da planta do prédio até a construção. Disse que o OP foi muito importante, mas que ela foi, muitas vezes, bater a porta das secretarias e ir atrás de vereadores na Câmara, para que a demanda do OP fosse concretizada. Falou que morou durante cinquenta e dois anos na vila Zero Hora. Que casou e teve seus cinco filhos criados na vila. Falou que é viúva há três anos, que três de seus filhos também já são falecidos, sendo que um deles há três meses apenas. Falou do neto, de vinte e seis anos, criado por ela, que estuda Ciências Contábeis na UFRGS e trabalha na empresa do pai de sua namorada.

Nossa conversa durou duas horas. Despedi-me de dona Nelci, agradei por ela ter me recebido em seu apartamento, por me falar de sua vida. Ela me abraçou e fomos até a porta. Ela desceu comigo até o portão. Disse para que eu cuidasse ao atravessar a rua: *vai com Deus, minha filha...que a virgem Maria te acompanhe*. (Diário de Campo, junho de 2009).

Dona Nelci é moradora antiga da região que, mais tarde, veio a se tornar a vila Zero Hora. A rua onde estava localizada a vila chamava-se, antigamente, São João. Segundo ela, o espaço estava separado entre, de um lado, as residências dos moradores, e de outro, entre os bares e boates, locais estes frequentados por marinheiros de passagem pela capital.

Nesta época, dona Nelci relatou que “*lavava roupa pra fora*”, para ajudar o marido nas despesas da “*casa humilde*” e dos filhos. Mas, segundo ela, assim que “*a barriga crescia*”

(em menção à gravidez), precisava abandonar a atividade. Nesta época não se considerava casada, embora já morasse com o marido, o casamento (oficializado) ocorreu depois

Aí eu casei, então, mas aí o meu marido era muito vagabundo, não queria trabalhar, só queria mulher, era muito mulherengo. Ele trabalhava de garçom no bar, e a minha briga era essa...aí foi nascendo os filhos, foi nascendo os filhos, aí só depois eu casei... no quinto filho eu casei...em sessenta e seis (1966).

Dona Nelci relata as constantes discussões com a sogra para que o marido procurasse um emprego, apesar das contestações desta, que alegava que enquanto vivesse, sustentaria o filho nos gastos com alimentação e vestuário

Mas eu disse: não! Ele que vá trabalhar! Um dia, me acordei não muito boa, bati nele assim [faz gestos de bater no ombro]: levanta daí e vai arrumar serviço! Só me aparece aqui em casa com serviço! Aí ele foi...conseguiu emprego no DMLU, que naquela época era assim, né.

Segundo ela, *criar* os cinco filhos foi um *sacrifício*. A diretora da escola que seus filhos estudavam fornecia os materiais escolares, e eles utilizavam inclusive a capa dos cadernos. Dona Nelci relatou que não tinha condições financeiras de manter os estudos dos filhos, enfatizando, novamente, que seu marido era *muito mulherengo, só tinha mulher, e ele gastava todo o dinheiro com elas... Mas todos eles [os filhos] têm seu segundo grau*.

Dona Nelci seguiu suas atividades como lavadeira para sustentar os filhos, mas segundo relatou: *eu me cansei dessa vida e me voltei pro OP*. Ela conheceu o processo através de uma vizinha que já participava como delegada da Região Centro, e resolveu perguntar como funcionava. Desde essa época não deixou de participar. Segundo relatou, no segundo ano de participação já era delegada, e se tornou conselheira pela luta empreendida para a construção do condomínio para os moradores da vila Zero Hora, também como forma de ajudar sua comunidade a livrar-se das dificuldades enfrentadas em múltiplos setores, principalmente de saneamento. Segundo relatou, as pessoas não tinham banheiro e faziam suas necessidades numa sacola plástica e jogavam nos telhados das casas.

Ela relatou o longo percurso até a construção do condomínio popular para os moradores da comunidade, que perdurou por dezesseis anos. Dona Nelci destacou que nesse período encontrou muitas dificuldades. Muitas vezes, segundo ela, não tinha dinheiro para pagar a passagem de ônibus e ir até as reuniões do OP, que na época não tinham um local definido para ocorrer. Quando isto acontecia, ela precisava sair mais cedo de casa e “*ir a pé*” até os

locais das reuniões. A situação começou a mudar quando ela passou a receber ajuda de uma vizinha que era aposentada e que também participava do OP, as duas saíam juntas e esta pagava suas passagens.

Dona Nelci destacou que além de participar do OP, percorreu secretarias, procurou vereadores, a fim de descobrir onde estava a verba demandada no OP para a construção do condomínio, pois “*entrava governo, saía governo e nada* [de a obra ser concretizada]. *Eles* [secretários e vereadores] *me enrolavam como papel higiênico*.

Segundo dona Nelci, houve muitos empecilhos e resistências até a construção do condomínio. Parte dessa resistência proveio de alguns moradores dos arredores, que realizaram, inclusive, abaixo-assinado para que a obra não fosse realizada na área onde ela se encontra hoje. Este fato a levou a tribuna livre da Câmara de Vereadores, para protestar contra o *preconceito* dirigido a ela e aos moradores de sua comunidade. O terminal de ônibus localizado ao lado do terreno, também não queria ceder seu espaço para a construção do condomínio. Dona Nelci relatou que os motoristas de ônibus alegavam que tinham um documento cedido pela prefeitura que lhes garantiam o direito de ocupar a área. Ela procurou, então, a Procuradoria Geral do Município (PGM) a fim de descobrir a veracidade da informação. Através da PGM verificou a inexistência de qualquer documentação referente à ocupação da área. Dona Nelci destacou que além da resistência por parte de alguns moradores dos arredores, dos motoristas do terminal de ônibus, houve, ainda, uma negociação por parte da prefeitura para retirar os caminhoneiros que estacionavam no terreno e com o dono de uma lanchonete, que se recusava a desocupar a área que havia comprado. Nesse período dona Nelci adoeceu, fato que interrompeu sua atuação como líder comunitária.

Aí fiz uma cirurgia, quase morri no hospital... E sempre pensava: meu deus me dê saúde pra que eu possa tirar essa gente daqui e morar num lugar melhor, num lugar certo, decente, pra essas crianças ter um banheiro.

Somente após a superação desses entraves, iniciou-se o processo de abertura de licitação para construção da obra, e finalmente ela se concretizou.

Batalhar como se batalhou ninguém mais batalha. Foi uma luta muito grande, com muito amor. Ninguém acreditava que isso aqui [condomínio] ia sair! Passava ano, entrava ano, passava ano, entrava ano... Mas só eu nunca! Eu nunca desisti (...) eu tive ajuda de muitos conselheiros da Região Centro na época, todos me deram muita força, tanto é que eles queriam que o condomínio fosse [se chamasse] dona Nelci. Eu tenho a Ata da reunião, tenho tudo guardado pra mostrar.

Como ela expressa nesta fala, a luta para construção do condomínio, empreendida com o intuito de modificar o contexto de múltiplas dificuldades enfrentadas no cotidiano pelos moradores da vila Zero Hora, foi impulsionada pelo amor, que não a fez desistir. O deslocamento de dona Nelci pelas entranhas burocráticas e sua participação no OP, numa busca incessante pela construção da obra, perduraram dezesseis anos, o que tornou incrédulos os moradores quanto à sua construção efetiva. Apesar das dificuldades, dona Nelci não desistiu e sua *batalha* foi reconhecida pelos conselheiros da região que, no intuito de homenageá-la, sugeriram que o condomínio se chamasse Condomínio Dona Nelci, como uma forma distinta de incrustar na obra aquela que a tornou possível.

Dona Nelci atribui sua longevidade ao fato de ter *sofrido muito na vida*. Segundo ela, *quem sofreu na vida vive muito, quem tem tudo fácil morre fácil*. O sofrimento, neste caso, não aparece como infortúnio que abrevia a vida, mas que a prolonga. Viver muito se apresenta como uma compensação pelo sofrimento para se atingir objetivos e superar adversidades. Quem não precisa batalhar para conquistar seus projetos de vida, que não enfrenta dificuldades no cotidiano, seja de moradia, alimentação, educação, etc., morre fácil. A fala de dona Nelci destaca que sofrimento e vida, em seu relacionamento, estão associados aos grupos populares, ao passo que facilidade (no sentido de conquistas sem batalhas) e morte, se relacionam aos grupos que ocupam posições privilegiadas (em termos de renda), pois estes têm acesso aos recursos oferecidos pela sociedade moderna.

A importância e o *status* adquiridos por dona Nelci no OP devem-se à sua *agência*. Não por acaso ela recebeu diversos prêmios da prefeitura municipal em diferentes administrações, incluindo o prêmio “Mulheres em Ação”, cujo título é oportuno para análise que empreendo aqui. Dona Nelci apresenta um alto nível de *agência*: ela construiu projetos, planos, e buscou concretizá-los, obtendo êxito.

CONCLUSÃO

Nesta monografia procurei analisar a participação de mulheres que contrariam a assertiva de que o Conselho do OP é um espaço privilegiado de atuação masculina, sobretudo nos postos de titularidade. Na tentativa de compreender as estratégias empreendidas para ocupação destes espaços, busquei, através da reconstrução de suas trajetórias, entender como elas constituíram *agência* e se tornaram lideranças comunitárias. Através de seus relatos, pude perceber que o campo da política, onde também se enquadram os mecanismos de democracia participativa como o OP, pode ser destacado como um campo que se revelou também promissor para concretização de seus projetos pessoais.

Algumas análises referentes à atuação das mulheres no OP buscaram mostrar que a participação deveria estar associada à emancipação feminina, no sentido não apenas demandar políticas públicas voltadas para as mulheres, mas de atuar neste cenário político. No OP, segundo as autoras, as mulheres apareceriam mais na condição de beneficiárias dessas políticas do que de protagonistas nestes espaços. Por *protagonismo*, segundo Prá e Negrão (2005), entendendo-se basicamente a capacidade de agir e ocupar lugares de destaque em acontecimentos ou em atividades sociais e políticas. Já a condição de beneficiária manteria ligações com práticas clientelistas e assistencialistas, onde a política pública é tida como “doação”. Sendo assim, tenderia a situar quem a recebe na condição de devedor/a e dependente. Para as autoras, embora o OP possa ser considerado como potencial espaço de empoderamento feminino, as mulheres continuariam na posição de beneficiárias das políticas públicas, quando na verdade deveriam estar na condição de protagonistas do processo, ou seja, de atuantes.

As mulheres que tiveram suas trajetórias analisadas neste trabalho são protagonistas no OP – elas estão ou já estiveram presentes no COP. Elas apresentam esta “capacidade de agir” que as autoras se referem ao definir *protagonismo*. Estas mulheres têm um alto nível de *agência* e foram exitosas em seus projetos, e isto que as torna diferentes de outras mulheres que também pertencem aos grupos populares da cidade e que partilham as mesmas dificuldades no cotidiano. Além de protagonistas no campo da política, estas mulheres são protagonistas de suas próprias vidas.

Através dos relatos apresentados, foi possível compreender que o que mobilizou esforços para conquista de projetos comunitários teve como suporte duas referências: a percepção **objetiva** da escassez de recursos em diversas áreas na comunidade e a construção **subjéitiva** da possibilidade de realização de melhorias. E é aqui que se insere *a agência* dessas lideranças. Elas buscaram uma transformação do espaço onde viviam e desenvolveram estratégias de ação capazes de transformar, inclusive, às percepções naturalizadas dos papéis sexuais tradicionalmente identificados como femininos (como cuidado dos filhos, da casa e do marido) em prol de suas atividades políticas.

Estas lideranças tiveram ao longo de suas trajetórias habilidade e perspicácia na busca pela realização de seus projetos. As muitas incertezas sobre o futuro se converteram em esperança de mudança da vida cotidiana, onde o OP se afigurou como acesso a melhorias em múltiplas áreas da comunidade, mas, além disso, propiciou mudanças em termos subjéitivos. A realização pessoal vai muito além das obras conquistadas. Estas mulheres perceberam que eram capazes transformar o espaço onde viviam e de transformar a si próprias. Não se trata de uma busca planejada por ascensão social através do processo, pois esta se revelou como uma possibilidade *a posteriori*. Em busca de projetos comunitários elas conquistaram, também, projetos pessoais. Elas conquistaram seus objetivos e se tornaram mulheres *realizadas*.

Neste sentido, a tentativa de compreender o significado da trajetória e da experiência do engajamento político em termos de *agência e subjéividade* se revelou produtiva no sentido de que estes conceitos dão conta da riqueza e complexidade envolvidas na participação feminina no OP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia.** “Feminismos latino-americanos”. In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, vol. 6, nº 2, 1998, pp.265-284.
- _____. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 315-380.
- ARAÚJO, Clara.** “Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil”. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*. vol. 9, n. 1, p. 253-267, set. 2001.
- ÁVILA, Maria Betânia (et alii).** *Mulheres no Orçamento Participativo*. Recife: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, Departament for international development e ONG SOS corpo: Instituto Feminista para a Democracia, 2006.
- AVRITZER, Leonardo.** “O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico”. In: AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (org.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRITO, Maria Noemi Castilhos.** “Mulheres na política: Como e porque”. *Horizontes Antropológicos*, Dossiê “Gênero”, 1(1), 1995, pp. 61-78.
- _____. “Mulher e política: Público x Privado?”. In: TEIXEIRA, Sérgio e ORO, Ari (Org.). *Brasil & França – Ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, pp. 129-140.
- _____. “As mulheres e a democracia”. In: *Revista de Ciências Sociais* 1(2), 1987, pp. 287-304.
- _____. “Gênero e Cidadania: referenciais analíticos”. In: *Revista Estudos Feministas*. Ano 9, p.291-298, 2º semestre 2001
- BONETTI, Alinne de Lima.** “Entre Femininos e Masculinos: negociando relações de gênero no campo político”. In: *Cadernos Pagú*. n. 20, pp. 177-203, 2003.
- BOURDIEU, Pierre.** *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio.** “Mujeres, cotidianidad y política”. In: JELIN, E. (Org.). *Participación, ciudadanía e identidad: Las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos*. Genebra: UNRISD, 1987, pp. 75-128.
- CARNEIRO, Sueli.** Mulheres em Movimento. In: *Estudos Avançados*. n.17, p.117-132, 2003
- DAMATTA, Roberto.** *A casa e a Rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

DAMO, Arlei Sander. “A peça orçamentária – os sentidos da participação na política a partir do OP porto-alegrense”. In: FONSECA, Cláudia e BRITES, Jurema (org.). *Etnografias da Participação*. EDUNISC, 2006.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

_____. *Observando o Orçamento Participativo – análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

_____. (et alli). *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre*. ObservaPOA e UFRGS, 2009.

FONSECA, Cláudia. *Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp. 184-185.

GRET, Marion. Genre et démocratie participative au Brésil. In: Renforcer le genre dans la recherche. Approche comparative Sud-Nord. Bordeaux, IEP, 2004, p.61-70. Disponível em: http://www.cean.sciencespobordeaux.fr/actes_colloque_Genre.pdf. Acessado em: 05 de maio de 2009.

GIDDENS, Antony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HEREDIA, Beatriz. “Política, família, comunidade”. In: GOLDMAN, Márcio e PALMEIRA, Moacir (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 1996, pp. 57-71.

NAVARRO, Zander. “O ‘Orçamento Participativo’ de Porto Alegre (1989-2002): um conciso comentário crítico”. In: AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (org.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-60.

OKIN, Susan Moller. O gênero, o público e o privado. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008

ORSATO, Andréia. *Gênero e Democracia: Rupturas e Permanências no Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Pelotas, 2008.

ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983

ORTNER, Sherry. “Uma atualização da teoria da prática”. In: *Conferências e Diálogos*. Goiânia: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006.

_____. “Poder e Projetos: Reflexões sobre a agência”. In: *Conferências e Diálogos*. Goiânia: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006.

_____. “Subjetividade e crítica cultural”. In: *Horizontes Antropológicos* n. 28. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?”. In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise (org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PEDRO, Joana Maria. *As mulheres e a separação das esferas*. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol/04_mesa2.htm. Acessado em: 20 de junho de 2009.

PERROT, Michele. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRÁ, Jussara e NEGRÃO, Télia. “Protagonistas ou beneficiárias? Questões de gênero e democracia no Orçamento Participativo de Porto Alegre”. In: *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de e AVRITZER, Leonardo. “Introdução: para ampliar o cânone democrático”. In: *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – experiência e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1979-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n.16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

www.ongcidade.org